



Desagravo é feito debaixo de chuva em defesa de advogado

Para defender as prerrogativas, diretoria da OABMT e mais de 30 advogados realizaram o ato em frente ao Comando-Geral da Polícia Militar

■ *Página -3*



Repúdio: Decisão que limita honorários é arbitrária

■ *Página 4*

CAA/MT

CAA/MT define programação de eventos para o Março Sempre Mulher



■ *Página-10*

NOTA DE REPÚDIO



Confira a nota de repúdio contra a declaração do Secretário de Segurança Pública, emitida pela OABMT e elaborada pela conselheira estadual Dinara de Arruda Oliveira:

A OAB/MT, por meio de sua Diretoria e Conselho Seccional, reunidos em sessão ordinária na tarde desta quinta-feira (18 de fevereiro), por decisão unânime, vem a público repudiar, veementemente, as declarações feitas pelo Secretário de Segurança Pública, Sr. Fábio Galindo, que criticou os direitos humanos, afirmando que os direitos humanos apenas protegem bandidos, sendo apenas direito destes, asseverando, ainda, que: “Se tivermos que escolher entre um pai de família e um criminoso, a Secretaria de Segurança Pública (Sesp) vai sempre decidir estar do lado do primeiro”.



O Secretário com esse discurso demonstra uma postura truculenta, incitando a violência, demonstrando total desconhecimento dos preceitos legais e Constitucionais que regem este país. Além disso, esquece-se o Secretário, da abrangência dos direitos humanos, os quais se constituem de direitos básicos de cada pessoa, incluindo, entre outros, o direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho, à educação e, ao lazer, sendo que se deve, ressaltar, ainda, que a todos são garantidos, constitucionalmente, esses direitos,

sem discriminação, sendo que a afirmação de que Direitos Humanos são direitos de bandidos é totalmente descabida, em especial para um Secretário de Segurança Pública.

A OAB/MT não pode concordar com essa atitude, que viola os preceitos mais caros da Constituição Federal

brasileira, em especial o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que resguarda o direito de todos a ter uma vida digna, sendo a dignidade inerente a todos. E, ainda mais, ao não se permitir a abrangência dos direitos humanos a todos, estar-se-á negando a todos a própria dignidade, já que somente se terá a dignidade plena se todos puderem usufruir de todas as garantias e direitos prescritos em lei e, em especial, na Constituição Federal.

Aliás, o Art. 5º da Constituição Federal, estabelece que todos são iguais perante a lei:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

E, a Constituição da República do Brasil trouxe, como valor fundante, o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo, portanto, princípio regulador da própria ordem jurídica e, se todos são iguais perante a lei, portanto, todos são detentores de dignidade, não podendo haver distinção entre as pessoas.

Aponta-se que dignidade da pessoa humana é verificada, primordialmente, a partir de uma necessidade extremada de vislumbrar-se garantida a estabilidade social e a confiabilidade, portanto, nas instituições públicas. Revela-se, dessa forma, como um segmento que orienta na interpretação e efetiva aplicação dos demais direitos e garantias fundamentais.

O tratamento digno do ser humano deixa de ser mero dogma, para tornar-se uma imperiosa regra de observação prática, exigindo-se que o Estado adapte seu aparato à prestação jurisdicional adequada e satisfatória, o que demonstra a impropriedade das afirmações feitas pelo Secretário de Segurança Pública.

Por fim, não pode, a OAB/MT, pactuar com a visível intolerância ao direito de todos, o que, com certeza, leva à prática de discriminação e, a afirmação de que “que direitos humanos são direitos de bandidos”, nada mais é do que uma atitude discriminatória e preconceituosa, que leva ao desrespeito ao ser humano e, instiga a violência.

DIRETORIA OAB/MT

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral

Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral adjunta

Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Daltro

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsy Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marçal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez

Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin

Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT)

Presidente

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretária Geral-adjunto

José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas Ayres

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente

Marco Antônio Lorga

Diretor-Adjunto

Bruno Devesa Cintra

Secretário-Geral

Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária-Geral Adjunta

Marina Ignotti Faiad

Contatos: (65) 3613-0956/0957

EXPEDIENTE

Jornalistas:

Lídice Lannes - DRTMT 810
Luis Tonucci - DRTMT 1468
Paula Peres - DRTMT 1243

Fotografias: Fotos da Terra e Assessoria de Imprensa OAB/MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRTMT 351



Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias sociais:

www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 15.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



Desagravo é realizado em frente ao Comando-Geral da PMMT

■ “Sob sol ou sob chuva, a Ordem bradará que o advogado é essencial e vai estar sempre na defesa de suas prerrogativas. A Ordem não concorda, não aceita, não permite, não tolera atitudes que violem as prerrogativas dos advogados”. Esta foi a afirmação do presidente da OABMT, Leonardo Pio da Silva Campos, durante desagravo realizado debaixo de chuva, em frente ao Comando Geral da Polícia Militar em favor do advogado Faissal Calil, preso por policiais ao tentar defender sua irmã que filmava uma ação dos PMs.

O presidente da OABMT fez questão de ressaltar que o ato não seria contra a instituição Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e, sim, para defender o advogado no exercício de sua profissão. Inclusive, afirmou que iniciará tratativas com o comandante-geral para buscar mudanças no tratamento com os advogados, em

especial, no Cisc Planalto para dar amplo acesso a todas as fases do inquérito.

O voto do desagravo, aprovado nesta tarde pelo Conselho Seccional da OABMT, foi lido pelo relator, conselheiro estadual Pedro Verão, que destacou não admitir, em hipótese alguma, abuso de poder por parte de policiais. “Eles não estavam identificados. O que se analisou para o desagravo foi o desrespeito contra o advogado, que estava em via pública. Não será intempérie que nos impedirá de defender a advocacia”, pontuou.

Faissal Calil, por sua vez, disse que acredita que foi um ato isolado e afirmou

que sempre que precisou da Polícia Militar foi atendido. Relatou que já foi aberto inquérito junto à Corregedoria da PMMT para apurar os fatos e o comandante-geral pediu que a OABMT indique uma comissão de três advogados para acompanhar o caso. “Fico feliz que isso não vai ficar em branco. Nossa classe deve ficar feliz com a postura do comandante-geral. Que isso sirva como forma educativa para que novos atos não aconteçam”.

O novo presidente do TDP, André Stump, destacou que não poderia ser diferente que, mesmo com chuva, a postura da OABMT é sempre defender

as prerrogativas de forma contundente, inclusive com a proposição de todas as medidas necessárias. “Não vamos permitir que o advogado seja humilhado. Nossa resposta vai ser imediata”.

O conselheiro Fábio de Sá Pereira afirmou que seria um dia triste para a advocacia, já que um desagravo não é algo a se comemorar. “O dia está nublado não só nesse momento. É sombrio e nebuloso para a advocacia, mas, a OAB vai estar sempre na defesa de suas prerrogativas”.

O membro do TDP, Everaldo Filgueira, lembrou que os policiais também vão precisar de advogados para defendê-los no inquérito

e processo disciplinar que porventura vier a ser instaurado. “Eles vão saber a importância do advogado”.

Ao final, o presidente da OABMT elogiou a atuação do TDP na figura de seu ex-presidente, Luiz da Penha Correa, e integrantes pela agilidade com que atenderam Faissal Calil e da forma como conduziram o processo de desagravo. Elogiou o advogado pela coragem de representar e denunciar o abuso de poder e estimulou todos a fazerem dessa forma.

“O silêncio de um advogado no que concerne à violação das prerrogativas é o silêncio de uma classe inteira; fere o princípio democrático da ampla defesa



e contraditório. Conclamo a não se calarem. Será que estes policiais aceitarão ter um advogado tolhido quando estiver atuando em sua defesa? Mesmo que ele aceite, a Ordem jamais permitirá”, finalizou Leonardo Campos.

Também estavam presentes no desagravo diretores da OABMT, da CAMT, da ESAMT, além de conselheiros estaduais, membros de Comissões, dos Tribunais de Defesa das Prerrogativas, e de Ética Disciplina.



Presidente da OABMT conclama advocacia e sociedade para movimento

■ Representantes da OABMT participarão no próximo dia 13 de março de mais um ato contra a corrupção no país. A ação, organizada pelo Movimento Muda Brasil, está agendada para as 16h, na Praça Alencastro, em Cuiabá. O presidente da Seccional, Leonardo Pio da Silva Campos, convida

todos os advogados, advogadas e a sociedade para participarem do movimento.

“É chegada a hora de o Brasil reagir. Faltam recursos para a saúde, segurança e educação e sobram para a corrupção. A cada dia surgem notícias de uma nova operação e que bilhões são desviados. Para onde estão

indo os recursos que deveriam ser destinados ao povo brasileiro? É preciso dar um basta, estamos indignados. A sociedade está indignada. O Brasil precisa reagir e reagirá através do seu povo. Os brasileiros não podem mais serem responsabilizados e mais uma vez pagarem a conta com mais imposto. Falo da criação

da CPMF. Basta, chega, não à CPMF. A sociedade não pode pagar a conta de uma política econômica desastrosa de governo após governo. Vamos à rua bradar. Basta à corrupção e não à CPMF”.

Como forma de atuar no combate à corrupção, Leonardo Campos acrescentou que a OABMT, em breve, lançará o “Comitê de Combate ao Caixa 2” a fim de fiscalizar o processo nas eleições deste ano, dentre outras ações que estão sendo pensadas pela diretoria. Os advogados e advogadas que participarem do ato no dia 13 de março poderão retirar camisetinhas no local do evento (Praça Alencastro).

OABMT ressalta decisão que obriga juízes a investigar vazamentos de informações

■ A diretoria da OABMT se manifestou acerca da aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de uma série de medidas para tentar coibir o chamado “vazamento seletivo” de informações sigilosas colhidas em investigações criminais. A nova Resolução 217 altera artigos da regra do CNJ que trata de quebra de sigilo e interceptação telefônica e de endereços eletrônicos para obrigar o juiz a requerer a instauração de investigação, “sob pena de responsabilização”.

De acordo com o novo texto, o Judiciário é responsável por apurar a divulgação de informações sigilosas por qualquer um dos envolvidos em quais-

quer ações que corram em segredo de justiça. A resolução obriga o juiz a investigar os vazamentos mesmo que eles tenham partido do Ministério Público e da autoridade policial.

Para o secretário-geral da OABMT, Ulisses Rabaneda dos Santos, advogado atuante na área criminal, a medida adotada pelo CNJ é fundamental para resguardar a regularidade das investigações. “Muitas das informações que vazam são editadas, ou seja, não traduzem o real contexto da situação. Esse tipo de divulgação ‘seletiva’ de interceptações telefônicas tendem a prejudicar as investigações, os investigados, os advogados, enfim, todos que de alguma forma participam



do contexto processual. Por isso, entendemos que o CNJ foi feliz ao editar a resolução, após ser provocado pela OAB, ressaltou”.

Determinações - A resolução também cria uma série de obrigações ao juiz que determinar a quebra

de sigilo ou que mandar grampear o telefone de investigador e acusados. O texto obriga o magistrado a escrever, na ordem, os indícios de autoria do crime, as diligências feitas antes do pedido de quebra de sigilo ou de grampo e os motivos pelos quais não seria possível obter a prova por outros meios. O juiz também está obrigado a listar em sua decisão o nome dos policiais e membros do MP responsáveis pela investigação, bem como dos servidores, peritos, tradutores, escrivães e demais técnicos que tenham acesso a ela.

A resolução repete o texto da Lei 9.296/1996, que trata da interceptação telefônica e de e-mail. Ou seja, a nova resolução do

CNJ só permite os grampos por um período de 15 dias, renovável apenas uma vez, o que não estava descrito na redação da resolução original.

Processo - O processo em que foi discutida a nova resolução foi aberto pelo presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, a pedido do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O então presidente da OAB Marcus Vinícius Furtado Coêlho enviou ofício ao CNJ pedindo que a resolução que trata das interceptações fosse aperfeiçoada. A petição de Marcus Vinícius foi enviada ao CNJ depois de queixas de políticos e advogados a respeito de vazamentos de

trechos de investigações em que estão envolvidos, ou até de conversas telefônicas em que são citados, à imprensa e a advogados políticos.

Um dos casos que mais causou atritos em Brasília foi a divulgação de informações sigilosas dos inquéritos da Operação Acrônimo, que investiga o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel. O advogado de Pimentel, Pierpaolo Cruz Bottini, chegou a pedir ao relator do inquérito no Superior Tribunal de Justiça, ministro Herman Benjamin, que apurasse o vazamento, mas o inquérito ainda não foi concluído. Processo 0000467-47.2016.2.00.0000 (Com informações do Conjur)

OABMT repudia decisão que limita honorários de advogados

A diretoria da OABMT, o Conselho Seccional e o Colégio de Presidentes de Subseções repudiam veementemente decisão liminar do juízo da Sexta Vara da Comarca de Alta Floresta que limita a cobrança de honorários advocatícios fixando o percentual em 30% em ações previdenciárias. A Ação Civil Pública foi movida pela Defensoria Pública do Estado em face de cinco advogados da região. A Procuradoria Jurídica da Seccional já está tomando as medidas judiciais cabíveis para recorrer, inclusive com pedido para a Ordem figurar como assistente jurídico.

“É um absurdo esse tipo de interferência. Já existem inúmeras decisões,

inclusive junto ao CNJ, que reconhecem a legalidade da livre negociação nos contratos privados e o Poder Judiciário não pode se imiscuir na relação entre advogado e cliente. Os profissionais da advocacia têm um Código de Ética e uma instituição forte para defendê-los e também fiscalizá-los. Esta instituição é a OAB. Se houver abusos, estes devem ser remetidos à Ordem. Não podemos admitir que juízes, defensores e promotores interfiram em algo que é sagrado: nossos honorários”, enfatizou o presidente da OABMT, Leonardo Pio da Silva Campos.

Na petição inicial, a Defensoria Pública questiona o percentual contratado de 50% alegando ser excessivo.

A decisão da juíza Janaína Rebucci Dezanetti, exarada em 11 de fevereiro deste ano, determinou que os advogados se abstivessem de cobrar dos atuais clientes e dos futuros percentual acima de 30%, vedou a fixação de reembolso de despesas e qualquer cobrança até a implantação do benefício previdenciário pleiteado, “sem direito a cobrar qualquer valor após o referido marco”. A magistrada também limitou a expedição do alvará judicial no percentual máximo de 30%.

O Conselho Nacional de Justiça já debateu o tema e decidiu por essa impossibilidade no Pedido de Providência 0004690-19.2011.2.00.0000. O conselheiro relator Jefferson Kravchychyn destacou em

seu voto que a intervenção do Poder Judiciário nos contratos de honorários é ilegal e decisão nesse sentido não produz efeitos nos processos judiciais em trâmites.

A Justiça Federal de São Paulo também julgou um caso de “tentativa de tabelamento” de honorários por parte do Ministério Público Federal que também entrou com ação civil pública contra 10 advogados. A Justiça Federal considerou totalmente indevida a “intromissão” e ainda assinou que a via escolhida pelo procurador foi inadequada já que a referida ação destina-se à proteção, prevenção e reparação dos danos causados aos interesses difusos, coletivos e individuais disponíveis e homogêneos,



entre outros.

Também há um precedente no próprio Tribunal de Justiça de Mato Grosso nesse sentido de que o MP não pode mover ação civil

pública para discutir honorários advocatícios e, por analogia, para a OABMT, este entendimento também poderá ser aplicado para a Defensoria Pública.



OABMT se reúne com governador do Estado

As diretorias da OABMT, Escola Superior de Advocacia (ESAMT), Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT); conselheiros federais e estaduais, Subseções de Várzea Grande e de Diamantino estiveram reunidos com o governador do Estado de Mato Grosso, Pedro Taques, no palácio do governo. O objetivo do encontro foi o de aproximar as instituições.

Compareceram o presidente da Ordem, Leonardo Campos; o secretário-geral, Ulisses Rabaneda; a secretária-adjunta, Gisela Cardoso; o diretor-tesoureiro, Helmut Daltro; o conselheiro federal Josemar Carmerino dos Santos; os conselheiros estaduais Fernando Vieira de Figueiredo, Flaviano Kleber Taques Figueiredo (que também é corregedor da Ordem), José Sebastião de Campos Sobrinho, Luiz da Penha Corrêa, Pedro Martins Verão, Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo, Samir Hammoud, Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior; o presidente da CAAMT, Ítallo Leite; a diretora da CAAMT Gisele Gaudêncio; o presidente da ESAMT Marco Lorga; os



presidentes das Subseções de Várzea Grande e de Diamantino, Flávia Moreti e Pêrsio Landim, respectivamente; o secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques; e o procurador-geral do Estado, Patrick Ayala.

Leonardo Campos informou ao governador que “a OABMT faz questão de comparecer a todos os poderes para dialogar e colo-

car a entidade à disposição para contribuir com os trabalhos. Queremos, em conjunto com todos os órgãos públicos, discutir questões de interesse da sociedade. Para tanto, contamos com diversas comissões temáticas que podem auxiliar em diversas áreas do direito. A OABMT precisa voltar a ser a representante da sociedade nas grandes discussões



e aproveitou a oportunidade para informar que em breve lançaremos o Comitê de Combate ao Caixa 2 a fim de fiscalizar o processo nas eleições deste ano. O mandato outorgado aos políticos não pode ser contrato. O investimento que se deve ter é com causas públicas e não com coisas públicas”.

Temas

Durante a reunião, o presidente da Seccional abordou alguns pontos como o pagamento de honorários aos advogados dativos de forma administrativa; a participação da Ordem em todos os conselhos estaduais visando defender os interesses da sociedade; a regulamentação da

carreira dos técnicos da área instrumental do governo, os chamados ‘Taigs’. “Não tem cabimento, hoje, o advogado prestar um serviço em virtude da deficiência da Defensoria Pública, receber certidão de crédito atestada pelo Poder Judiciário,

requerer o pagamento e o Estado, em muitas ocasiões, apresentar recursos e/ou embargar a execução”, enfatizou Leonardo Campos.

O secretário-geral, Ulisses Rabaneda, enfatizou ao governador que essa prática tem feito com que presidentes de subseções orientem os advogados a recusarem atuar em processos que são nomeados. “Recebemos há tempos a demanda de advogados dativos que têm honorários para receber e não conseguem. Precisamos encontrar, definitivamente, um mecanismo para resolver essa situação”, resumiu.

O procurador-geral do Estado, Patrick Ayala, ressaltou ser importante a OABMT apresentar as reivindicações.

“O diálogo é sempre bem vindo e coloco-me à disposição para debater temas de interesse das advocacias privada e pública”. Já o secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, frisou que quer ter com a OABMT a mesma interlocução que possui com os poderes. “Tem que ser cotidiana e profícua”, abreviou.

Colégio de Presidentes de Subseções

Por fim, o governador do Estado, Pedro Taques, agradeceu a visita e se colocou à disposição para participar de Colégio de Presidentes de Subseções da OABMT juntamente com o chefe da Casa Civil e o procurador-geral do Estado. “Não vejo problema em conversar com os advogados, mostrar o que estamos fazendo, e colher sugestões. Sobre a participação da Ordem nos conselhos estaduais, vejo como legítima, pois busca a concretização de políticas públicas para o cidadão. Os advogados são imprescindíveis e podem contribuir muito com nosso trabalho”, concluiu.

OABMT notifica Prefeitura a não exigir controle de ponto de advogados públicos

A diretoria da OABMT notificou a Prefeitura de Rondonópolis para que se abstenha de exigir o controle de frequência eletrônico dos advogados públicos do município. Para o presidente da Seccional, Leonardo Pio da Silva Campos, o Estatuto da Advocacia é claro ao ressaltar que a OAB representa, em juízo e fora dele, os interesses gerais da classe dos advogados e os individuais, relacionados com o exercício da profissão.

“O trabalho desses advogados públicos é essencial para o funcionamento da máquina administrativa, pois emitem pareceres

jurídicos, dando conformidade e garantia jurídica aos atos administrativos como, por exemplo, nos procedimentos licitatórios, aposentadorias, nomeações, exonerações, concessão de benefícios aos servidores, além de atuarem em juízo em todas as instâncias na defesa dos interesses das entidades autárquicas e fundacionais de Mato Grosso”, enfatizou Leonardo Campos.

O presidente da Seccional acrescentou que “os trabalhos desenvolvidos pelos causídicos são de natureza intelectual, não sendo possível nem razoável pretender-se medi-los em horas de perma-

nência no interior das repartições públicas. Com isso, esse controle que se pretende implantar é incompatível com o exercício da função, já que trata de atividade intelectual de pesquisa e produção de manifestações técnicas”.

Para a OABMT, o advogado realiza audiências, participa de reuniões, efetua diligências em lugar e período diversos do local de trabalho, o que “na maioria das vezes vai além da carga horária que deveria cumprir. Todavia, são obrigados a apresentarem justificativa, sob pena de desconto salarial (por falta ou atraso), caracterizando afronta às prerrogativas

profissionais”.

Leonardo Campos fez questão de enaltecer na notificação que “dada a índole intelectual de seu trabalho, os advogados públicos não podem sujeitar-se ao cumprimento de jornada interna de trabalho, muito menos ao controle de frequência, pois são medidas irrelevantes para se aferir a atuação do advogado. Nesse cenário, a sujeição a cumprimento de jornada de trabalho, no interior das repartições, bem assim a submissão a controle de frequência e horário, afiguram-se, a um só tempo, abusivas e inconstitucionais, posto que refratárias e deletérias

à promoção das atividades desses advogados públicos e, por conseguinte, à promoção da defesa dos interesses do Estado. Enfim, tal exigência vem na contramão da modernidade e da nova orientação que deve pautar a atuação da administração pública. Pior, impõe rotina e controle que, a toda evidência, não condizem com a natureza intelectual das atividades dos advogados públicos”.

A notificação enviada ao prefeito de Rondonópolis requer que a medida seja tomada de forma imediata sob pena de serem intentadas medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Presidente da OABMT participa de posse em Brasília



■ O presidente da OABMT, Leonardo Campos, prestigiou a posse da nova diretoria do Conselho Federal da OAB, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Um dia antes, em São Paulo, reuniu-se com os presi-

dentos das Seccionais de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, além do presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp).

“Estreitamos relacionamentos e, na ocasião, tratamos do ato em defesa da Constituição Fe-

deral. Na última semana, vimos o julgamento histórico do STF que passou a entender ser possível a execução da pena depois de condenação confirmada em segunda instância. Isso é um absurdo, pois a Constituição enfatiza que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, ou seja, o próprio STF, que deveria zelar, fazer cumprir a Constituição, agiu de forma contrária”, informou Leonardo Campos.

Quanto à Aasp, o presidente da OA-



em que foram discutidos o deferimento de liminar favorável à OABRO determinando a suspensão da eficácia e aplicação da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1571, que viola o sigilo fiscal dos

contribuintes; a adesão da sociedade unipessoal de advogado no simples nacional; bem como atos em defesa da Constituição Federal e em desfavor do aumento da carga tributária, em especial a criação da CPME.

BMT acrescentou que conversou sobre diversos temas, em especial os cursos telepresenciais transmitidos em Cuiabá e diversas subseções. “Queremos extrair mais benefícios para Mato Grosso e espero que em breve

possamos divulgar frutos dessa aproximação”, disse. Já em Brasília, por ocasião da posse da nova diretoria do Conselho Federal, houve reunião do Colégio de Presidentes de Seccionais, no período matutino, oportunidade



Diretoria trata de curso técnico em serviços jurídicos com Secitec

■ O presidente da OABMT, Leonardo Pio da Silva Campos, se reuniu com a secretária de estado de Ciência e Tecnologia (Secitec-MT), Luzia Helena Trovo, para tratar dos cursos técnicos em serviços jurídicos que estão gerando problemas para a sociedade.

Também estavam presentes os presidentes das Comissões de Ensino Jurídico, José Patrocínio Brito Junior; e de Estágio e Exame de Ordem, Hélio Udon Oliveira Ramos; e secretária-geral da Comissão de Direito Carcerário, Daniele Battistotti Braga; além da superintendente de Educação Profissional e Superior, Fátima Araújo Barga Possamae.

Leonardo Campos explicou que recebeu denúncias de que, a partir da formação no curso



técnico, muitos alunos estão oferecendo serviços que seriam exclusivos da advocacia colocando em risco a defesa dos direitos dos cidadãos. “Agrade, em tese, induz a prática do exercício ilegal da profissão. Tem gente orientando pessoas nos bairros em casos como de seguro DPVAT, nos juizados especiais, demandas trabalhistas e previdenciárias que não possuem obrigatoriedade de um advogado para entrar na justiça. Nossa preocupação é com os prejuízos que podem

causar”, pontuou.

José Patrocínio alertou que a norma que regulamenta o curso técnico exige estágio para o aluno se formar. “E as exigências são idênticas ao que é regulamentado pela lei 8.906, do Estatuto da Advocacia, para os estagiários em Direito”.

Fátima Possamae observou que a nomenclatura, cujo termo “serviços jurídicos” foi questionado pela OABMT, é também determinação do MEC e o objetivo do curso é oferecer suporte e apoio aos escritórios de advocacia, departamentos jurídicos, cartórios, entre outros.

A secretária Luzia Trovo explicou que o curso é reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura e está no catá-

logo dos cursos técnicos autorizados pelo Conselho Nacional de Educação. Ressaltou que o Conselho Estadual, diante dessa regulamentação, autorizou a abertura de cursos não apenas na cidade de Alta Floresta, mas, também para outras cidades do Estado, apontando que a demanda é grande. Porém, diante das informações levadas à Secitec-MT, a secretária convidou a OABMT a realizar palestras aos professores dos cursos técnicos para orientar acerca do tema.

Notificação - Com a finalidade de ajudar a controlar os inúmeros cursos jurídicos que são lançados no país, a diretoria da OABMT notificou a diretora da Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Alta Floresta



para que cancele o curso técnico em serviços jurídicos a ser lançado pela referida escola, bem como se abstenha de oferecer qualquer outro tipo de curso em serviço jurídico no Estado de Mato Grosso, sob pena de se-

rem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Leonardo Campos ressaltou que esse tema já está sendo tratado em nível nacional pelo Conselho Federal da OAB e que estudará as medidas cabíveis.

Advogados podem acessar resolução do CNJ

■ A OABMT disponibilizou a íntegra da Resolução 217/2016/CNJ que alterou a Resolução 59/2008/CNJ a pedido do Conselho Federal da OAB, visando disciplinar e uniformizar as rotinas do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdic-

nais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296/1996. O texto final, fruto dos debates realizados na sessão CNJ do dia 16/02/2016, incorpora as reivindicações da Ordem com expressa referência aos reclames institucionais.

O aperfeiçoamento da aludida resolução torna-se obrigatório aos magistrados para a determinação de

investigação nos órgãos competentes sempre que houver vazamento seletivo e ilegal de dados e informações sigilosas constantes de procedimentos investigatórios. A medida garante a preservação de direitos fundamentais individuais. “O reforço em relação ao sigilo, quando necessário, tem como intenção a defesa das próprias investigações, na medida em que a

quebra indevida do sigilo parcial ou total prejudica essas investigações. É preciso coibir os chamados vazamentos seletivos”, disse o presidente da OAB nacional, Claudio Lamachia.

O secretário-geral da OABMT, Ulisses Rabaneda, manifestou-se favoravelmente à alteração da resolução. Para o advogado, “muitas das informações que vazam são editadas,

ou seja, não traduzem o real contexto da situação. Esse tipo de divulgação ‘seletiva’ de interceptações telefônicas tendem a prejudicar as investigações, os investigados, os advogados, enfim, todos que de alguma forma participam do contexto processual. Por isso, entendemos que o CNJ foi feliz ao editar a resolução, após ser provocado pela OAB”.

OABMT receberá representantes do curso de Direito da UFMT

O presidente da OABMT, Leonardo Pio da Silva Campos, recebeu representantes do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para tratar de temas relativos ao Ensino Jurídico. O encontro foi realizado no Plenário Advogado Mario Cardi Filho e contou com a presença do vice-presidente da Seccional, Flávio Ferreira; do conselheiro estadual Hélio Machado; presidentes das Comissões de Ensi-

no Jurídico, José Patrocínio Brito Junior; do Jovem Advogado, Mário Medeiros Neto; do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), João Beneti; da Escola Superior de Advocacia (ESAMT), Marco Lorga; da reitora da UFMT, Maria Lúcia Cavalli Neder; do diretor da faculdade de direito da UFMT, Saul Duarte Tibaldi; além de advogados, magistrados, professores e alunos da universidade.

Os professores trouxeram a placa que receberam

da OAB nacional relativa ao selo de qualidade "OAB Recomenda". A UFMT e a Universidade de Mato Grosso (Unemat) foram as únicas do estado a receberem o reconhecimento.

Leonardo Campos destacou que "um dos objetivos da gestão é nomear advogados professores para estarem à frente da ESA e das Comissões Temáticas ligadas à academia. Não há como falar em qualidade do ensino jurídico se a pessoa não for ligada a alguma

instituição de ensino. A Ordem tem orgulho de entregar esse selo à UFMT e destaca que muito há de se fazer em prol da valorização dos professores. É preciso desenvolver trabalhos voltados para a capacitação intelectual dos professores, bem como melhores condições de trabalho. É pelo trabalho dos professores que existem advogados, desembargadores, delegados, escrivães. O selo de qualidade "OAB Recomenda" coroa o trabalho de todos os professores, que são os atores principais. Por isso, a OABMT também fica honrada de ter em seus quadros advogados professores".

A reitora da universidade, Maria Lúcia Neder, ressaltou que "nada é mais importante do que ter reconhecimento da excelência na graduação. A UFMT está de portas abertas para



atuar em conjunto com a OABMT na luta por um ensino cada vez mais forte e de qualidade. Esse selo reflete o envolvimento, o compromisso de todos os professores, técnicos e estudantes, pois foi com o esforço coletivo que alcançamos essa conquista. Hoje estamos com a nota 4, mas queremos a 5 e vamos trabalhar duro para isso".

O diretor da faculdade

de direito da UFMT, Saul Tibaldi, também agradeceu o empenho dos professores, técnicos e alunos e enfatizou que "dos 1300 cursos existentes no país, estamos na 35ª posição. Vamos nos empenhar para melhorar essa colocação e contamos com o apoio da Seccional no sentido de melhorar o ensino jurídico em Mato Grosso".



Seccional entrega certidões para novos advogados e estagiários

Novos advogados e estagiários receberam certidões profissionais em solenidades promovidas pela OABMT, Comissão do Jovem Advogado (Cojad), Escola Superior de Advocacia (ESAMT) e Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT). Compuseram a mesa o presidente da Seccional, Leonardo Pio da Silva Campos; a secretária-adjunta, Gisela Cardoso; a conselheira federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima; as conselheiras estaduais Tatiane Magalhães e Paula Regina Ribeiro; os presidentes das Comissões de Defesa dos Honorários Advocatórios e do Jovem Advogado, Francisco Anis Faiad e Mário Medeiros Neto, respectivamente; os presidentes da ESAMT e da CAAMT, Ítallo Gustavo Leite e Marco Lorga; o advogado Flávio Bertin e a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro.

Leonardo Campos registrou que é um prazer para a Ordem receber novos



profissionais em seus quadros, parabenizou todos pela conquista e os convidou a estarem presentes no movimento contra a corrupção que será realizado no dia 13 de março, às 14h, na Praça Alencastro, em Cuiabá. "O país não cresce, não se desenvolve. Faltam recursos para a saúde, segurança e educação. A cada dia vemos escândalos de

corrupção. Precisamos da efetiva punição dos infratores". Ele acrescentou que "a crise econômica se combate com políticas voltadas ao crescimento do país".

A conselheira federal Gabriela Novis disse que "a partir de agora todos tem uma nova identidade profissional e que essa conquista também é de toda a família dos compromissandos. Todos são vitoriosos e guerreiros e, no dia a dia da profissão, não sejam individualistas, não pensem no ganhar a qualquer custo. Temos o dever de construir um mundo melhor e primar pela ética".

O presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatórios, Francisco Anis Faiad, disse que "a responsabilidade que agora pesa nos ombros de cada um é grande. A partir de agora, todos vocês estão aptos a reivindicarem os direitos de seus clientes, os quais clamam por justiça. Sejam éticos e lutem pela defesa

das nossas prerrogativas, que não são privilégios, são a garantia do cidadão de ser amplamente defendido. Levem consigo o artigo 7º do Estatuto da Advocacia como se fosse a Bíblia para poder exercer a advocacia".

Para o presidente da ESAMT, Marco Lorga, o momento é de comemorar. "Nós professores não nos preocupamos em apenas explicar a teoria do direito. Procuramos transmitir valores importantes como a moral, ética, conduta que todos devem ter no país. A advocacia é uma profissão de eterno estudo e a ESAMT está de portas abertas para recebê-los em nossos cursos de capacitação e atualização".

Por sua vez, o presidente da CAAMT, Ítallo Leite, parabenizou os novos profissionais. "Sei da felicidade que cada um sente hoje, pois estive no lugar de vocês. Desejo sucesso a todos nessa nova caminhada e convidando-os a conhecerem os serviços oferecidos pela Caixa de Assistência. Hoje contamos com plano de previdência, certificação digital, livraria, centro de saúde (psicologia, fonoaudiologia, odontologia, nutrição, dentre outras) e, em breve, será lançado um aplicativo para celular com todos os benefícios e parceiros da CAAMT".



DIRETORIA



Comissão de Direito Sindical realiza primeira reunião

Os integrantes da Comissão de Direito Sindical da OABMT realizaram a primeira reunião desde quando foi criada, em fevereiro deste ano. Compõem a diretoria o presidente, Diego Fernando Oliveira; o vice-presidente, Eduardo Alencar da Silva; o secretário-geral, Vinicius Assis Almeida; e o secretário-adjunto, Carlos Ricardo de Souza Pizzato.

Nesse primeiro encontro foram discutidas questões pontuais sobre os trabalhos que as

comissões desenvolvem e o regimento interno delas. O presidente da Comissão de Direito Sindical, Diego Oliveira, ressaltou que o debate e o compartilhamento de ideias serão importantes para o desenvolvimento das ações que serão colocadas em prática.

Ele acrescentou que como essa foi a primeira reunião, houve a apresentação dos integrantes e ressaltou que todos devem incentivar os profissionais do direito a participarem da comissão.



Presidentes de comissões acompanham destruição de CD's e DVD's piratas



Os presidentes das Comissões de Propriedade Intelectual e Direito Autoral e de Defesa do Consumidor, Geraldo Macedo e Rodrigo Palomares, respectivamente, acompanharam, no Sesi da Morada do Ouro, a destruição de aproximadamente 300 mil CD's e DVD's piratas feita pela Delegacia do Consumidor de Cuiabá (Decon).

Geraldo Macedo ressaltou que "a luta contra a pirataria tem sido inglória. A pirataria não é um privilégio apenas do Brasil, é uma situação mundial. Temos duas vertentes: proteção e não proteção, sendo que a primeira é a adotada no país, ou seja, quando há a criação de algo, tudo é devidamente registrado. Já a não proteção viola direitos de propriedade intelectual, sem contar o prejuízo na qualidade do produto. Outro ponto é quanto à certificação desses produtos, isto é, todo empresário deve comercializá-los contendo certificados de qualidade".

Rodrigo Palomares enfi-

zou que "ações como essa fazem crer o quão importante é o trabalho da Decon visando proteger os consumidores de comprar produtos de baixa qualidade". O advogado aproveitou a oportunidade e convidou a delegada Ana Cristina Feldner para participar das reuniões da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MT, bem como registrou que está à disposição para discutir políticas públicas voltadas para a defesa dos consumidores.

A delegada da Decon, Cristina Feldner, disse que a ação de destruição dos CD's e DVD's piratas teve como um dos objetivos desocupar parte do espaço físico da delegacia, o que oportunizará a realização de novas operações. "Em 2005 houve a primeira destruição de quase 100 mil mídias. Em 2013 houve a reciclagem de 80 mil CD's e esse ano, como não há mais empresa especializada nesse serviço em Mato Grosso, optamos pela destruição, tudo com autorização da justiça".

Correção da URH para serviços advocatícios em Mato Grosso será de 11,31%

A correção da Unidade Referencial de Honorários (URH) para os serviços advocatícios em Mato Grosso para 2016 será de 11,31%. O percentual refere-se ao acúmulo

do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre fevereiro do ano passado a janeiro deste ano. Portanto, o novo

valor passou de R\$ 749,91 para R\$ 834,72 e já está valendo.

A Tabela de Honorários Advocatícios, com a inclusão da Advocacia Eleitoral e de Corresponsabilidade, já foi

atualizada com a nova URH e está disponível no site da OABMT. Para acessar basta clicar no atalho "Tabela de Honorários" no lado direito da página principal (www.oabmt.org.br).

A URH é o padrão utilizado para a fixação dos valores cobrados pelos advogados a título de honorários advocatícios pelos serviços prestados ao seu

cliente, conforme a tabela da OAB/MT. Para exemplificar: consulta ou parecer de alta complexidade equivale a, no mínimo, 10 URH's que correspondem a R\$ 8.347,20.

Comissão de Direito Eletrônico reivindica treinamento e melhor estrutura ao TJMT

■ **A** crescente expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na justiça estadual fez com que o presidente da Comissão de Direito Eletrônico (Codel) da OABMT, Gonçalo Adão de Arruda Santos; o vice-presidente, Thalles do Valle Barbosa Anjos; o secretário-geral, Marcio Aurelio Antunes da Fonseca; e a conselheira estadual Paula Regina de Toledo Ribeiro visitassem o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça João Thiago Guerra. Os assuntos tratados foram treinamento destinado aos advogados e melhor estrutura de internet para as comarcas do interior.

Os advogados reivindicaram mais capacitações aos profissionais do direito e recebeu como resposta que o TJMT atenderá a OABMT da forma que desejar. O juiz informou que fará o possível para que a equipe de tecnologia da informação treine os advogados quantas vezes forem necessárias, mas ressaltou que é imprescindível que haja interesse por parte de cada profissional.

Com vistas a aumentar a participação dos advogados nos treinamentos, o presidente da Codel, Gonçalo Santos, garantiu que atuará junto à classe para que todos se inscrevam nas próximas turmas. Ele destacou que o PJe é um caminho sem volta e que os advogados precisam se qualificar para conseguirem desempenhar seus trabalhos.

Quanto ao sinal de internet no interior do

Estado, o presidente da Comissão de Direito Eletrônico da Seccional questionou se o Judiciário tem algum plano para melhorar a estrutura de cada comarca e possibilitar que advogados, magistrados e servidores tenham reais condições de utilizarem a ferramenta. “Todos sabem que os sinais de internet em diversas cidades são péssimos e isso dificultará o peticionamento no PJe. Nossa preocupação é grande quanto a esse assunto”, resumiu Gonçalo Santos.

O juiz auxiliar da presidência informou que muitas situações estão sendo discutidas dentro do TJMT, mas que o problema deve ser resolvido pelas empresas de telefonia. “Já nos reunimos com a empresa Oi e cobramos melhorias nos serviços por ela prestados. Nossa vontade é criar um projeto para que todas as unidades judiciárias contem com mecanismo de acesso à internet (via wi-fi), com senha, que permita aos advogados com dificuldades de trabalhar em casa ou no escritório a peticionarem no fórum”.

Outro ponto debatido versou sobre o suporte técnico oferecido pelo TJMT. Os advogados informaram que algumas situações envolvendo o PJe estadual não foram resolvidas pelo setor. Por sua vez, o magistrado reconheceu que a estrutura de suporte não está completa, mas antecipou que já está trabalhando para melhorar o atendimento.



Informe Semanal da Comissão de Defesa do Consumidor orienta acerca de serviços de telefonia

■ **A** Comissão de Defesa do Consumidor da OABMT preparou um Informe Semanal para tratar das demandas judiciais acerca da prestação de serviços de telefonia. O secretário-geral adjunto da CDC, Fábio Araújo e a integrante Sílvia Machado, trazem importantes orientações.

Todos os informes da referida comissão estarão à disposição para consulta no site da OABMT, no link “Comissões – Documentos”. Basta pesquisar a Comissão de Defesa do Consumidor. Confira abaixo a íntegra do Informe Semana nº 2:

O CAOS DA TELEFONIA NO CENÁRIO NACIONAL

Jornais, televisão, redes sociais, revistas e até no bate-papo comum, pessoas não se cansam de mencionar fatos abusivos que se passam perante a prestação de serviços por parte dos serviços de telefonia das operadoras habilitadas de modo geral em atuação no país.

Não precisamos de um olhar crítico para perceber as imensuráveis práticas abusivas por parte de um serviço de baixa qualidade e excessivamente oneroso ao consumidor.

Tais questionamentos por diversas vezes foram levantados e são até hoje defendidos pela Ordem dos

Advogados do Brasil e que ainda vêm trazendo grandes transtornos aos milhões de consumidores brasileiros.

As leis que regulamentam a funcionalidade dos serviços de telefonia fixa e móvel são tão ineficazes, que as operadoras fazem de seus clientes consumidores o que bem entendem, pois, pouca coisa, para não dizer nada, é resolvida.

Por mais que ainda podemos contar com a ajuda de um órgão fiscalizador, a ANATEL tem realizado o seu papel, no entanto, não conseguimos lograr o êxito esperado ao cidadão consumidor o trabalho fiscalizatório que desenvolve e o que tem sido efetivamente realizado para que as operadoras adequem sua estrutura ao padrão mínimo de qualidade que é devido.

Contudo, infelizmente, até que não seja sanada de forma rigorosa o controle dos serviços de telefonia, sem deixar o consumidor com a sensação de falta de proteção e sem respostas a seus reclamos, façamos o nosso papel de sempre protestar e informar a ANATEL/PROCON/DECON dos erros e abusos das operadoras de telefônias brasileiras.

Aqui irão algumas dicas de como o consumidor deve agir quando o serviço ofertado não está cumprin-

do com suas obrigações. *Vejamos:*

♦ Fale primeiro com a sua operadora. Anote e guarde o protocolo de atendimento que ela lhe fornecer;

♦ Se a operadora não responder, ou se a resposta não for adequada, entre em contato com a ANATEL através do número 1331 ou 1332. Anote e guarde o número que lhe será fornecido;

♦ Aguarde e acompanhe o prazo de cinco dias úteis para resposta;

♦ A operadora não respondeu ou a resposta não foi adequada? Volte a entrar em contato com a agência.

Em suma, ainda assim, caso não seja resolvido mesmo com as reclamações realizadas (ANATEL, PROCON, DECON), e não solucionado a obrigação da forma satisfatória ao serviço contratado, recomendamos sempre a procurar um advogado que irá sempre buscar orientá-lo sobre a melhor maneira de solucionar de forma mais rápida e completa seu impasse, com a medida da mais lúdima justiça!

*Fábio Nunes Neves de Araújo é advogado e Secretário Geral Adjunto da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/MT.

*Sílvia Guides Machado é advogada e membro da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/MT.

Comissão aborda arquivos de consumo, bancos de dados e cadastros de consumidores

■ **N**o Informe Semanal nº 3, a Comissão de Defesa do Consumidor da OABMT orienta acerca dos arquivos de consumo, bancos de dados e cadastros de consumidores, tema pouco abordado. Todos os informes da CDC estarão à disposição no site da OABMT, no link “Comissões – Documentos”. Confira abaixo a íntegra:

Arquivos de Consumo, os temidos bancos de dados e cadastros de consumidores

Os arquivos de consumo surgiram no Brasil na década de 1950 em decorrência do aumento das vendas a crédito, especificamente pelo efeito do êxodo urbano, ou seja, o efeito da massificação da sociedade contemporânea.

Neste contexto, por não ser objeto deste informativo o esgotamento do aludido tema, temos atualmente no sistema econômico nacional do qual as relações de consumo são fundamentais para sua manutenção, a existência dos temidos Arquivos de Consumo.

Aludidos arquivos estão regulamentados consoante a Seção VI do Código de Defesa do Consumidor, em especial no seu artigo 43 e seguintes.

Pois bem, consoante a melhor doutrina, os bancos de dados e cadastros de consumidores, denominados genericamente de arquivos de consumo, podem ser privados (SPC e Serasa), ou podem ser públicos (Procons, Bacen, Cadin etc).

Outrossim, independente das duas naturezas, são considerados, segundo o § 4º do Art. 43, de caráter público, dada sua relevância e os efeitos que provocam na sociedade, leia-se Consumidores.

Assim sendo, o Código de Defesa do Consumidor garante quatro (direitos 1. Acesso, 2. Informação, 3. Retificação e 4. Exclusão) basilares aos consumidores em relação aos arquivos de consumo, dos quais discorreremos apenas sobre os dois primeiros neste informativo, sendo eles:

• Direito de Acesso (art. 43, caput): Disciplina o artigo em comento quanto a obrigatoriedade dos arquivos de consumo em fornecerem aos consumidores, quando solicitadas, todas as informações arquivadas, assim como a respectiva fonte.

Observações:

1. O acesso deve ser imediato, devendo ser fornecido logo após o requerimento do consumidor, sendo considerada infração penal qualquer forma de impedimento ou dificuldade imposta a este acesso pelo arquivista, consoante o artigo 72 do Código de Defesa do Consumidor;

2. A Lei 9.507/1997 (Lei do Habeas Data), em seu artigo 21, disciplina a gratuidade do direito ao acesso as informações de caráter público e à sua retificação: “São gratuitos o procedimento administrativo para acesso a informações e retificação de dados para anotação (...)”.

• Direito a informação (art. 43, § 2º): Além de expresso no Código de Defesa do Consumidor o dever de informação ao consumidor de eventual anterior ao registro dos seus dados junto aos arquivos de consumo quando não fora realizado por ele próprio, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº. 359, sacramentando de quem é a responsabilidade por este dever de informação.

Súmula 359 STJ “cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição”.

Ademais, a responsabilidade pela retirada do nome do consumidor do cadastro, quando quitada a dívida, é do Fornecedor (STJ, REsp. 777004/RJ, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 06/03/2006).

Feito estas observações, utilizarei do quadro sistêmico jurisprudencial do STJ sobre os arquivos de consumo, elucidados pelo doutrinador Leonardo de Medeiros Garcia

Sintetizando a jurisprudência do STJ sobre os arquivos de consumo

• STJ - não exige que o fornecedor comprove que o consumidor tenha recebido a comunicação. Basta a prova do envio da comunicação ao endereço do consumidor. A comunicação ao consumidor não precisa ser via AR (Aviso de Recebimento). É o que consta na Súmula nº. 404: “É dispensável o Aviso de recebimento (AR) na casta de comunicação ao consumidor sobre a negatificação de seu nome em bancos de dados e cadastros.”

• STJ - a ausência de comunicação prévia ao consumidor da inscrição de seu nome em cadastro de proteção ao crédito caracteriza o dano moral. Mas se há outras inscrições anteriores e a dívida é devida, a falta de comunicação de nova inscrição não gera danos morais. Somente há suspensão do registro até que seja cumprido o requisito da comunicação.

• STJ - a comunicação ao consumidor tem que ser prévia a inscrição.

• STJ - a comunicação do consumidor é obrigação do órgão responsável pela manutenção do cadastro, e não do credor (fornecedor). Súmula nº. 359 do STJ: “Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição”.

• STJ - a responsabilidade pela retirada do nome do consumidor do cadastro, quando quitada a dívida, é do fornecedor.

• STJ - é preciso distinguir duas situações: uma, quando, por iniciativa do credor, o registro negativo consta em cartório de protestos e títulos; e outra, no caso de inclusão em órgãos cadastrais (Serasa, SPC etc). Na primeira situação, quando se tratar de protesto de títulos (necessário para a cobrança judicial da cártula), a responsabilidade por das baixa no cartório é do devedor e não do credor. A segunda situação é diversa. A responsabilidade pela retirada do nome do devedor de cadastro de inadimplentes é do credor, se a ele deu causa, ou seja, se teve a iniciativa de promover a inscrição no órgão cadastral.

• STJ - a responsabilidade pela inscrição irregular é do fornecedor e não do arquivista.

• STJ - a simples inscrição irregular já é por si só suficiente para configurar o dano moral, não havendo necessidade da prova em juízo sofrido (in re ipsa). Por outro lado, o dano material, em decorrência da inscrição indevida, não pode ser a penas alegado, devendo estar provado nos autos.

• STJ - não admite a negatificação do consumidor que não emitiu o cheque sem fundos, mesmo sendo titular da conta conjunta.

• STJ - o simples erro no valor inscrito da dívida, em órgão de proteção ao crédito, não tem o condão de causar moral ao devedor.

• STJ - não cabe dano moral quando por falta de comunicação quando a informação é acessível ao público (Diários Oficiais, ex: execução fiscal / Cartórios de protesto).

• STJ - se o consumidor possui negatificação anterior, não cabe dano moral por uma nova inscrição indevida. O consumidor somente terá o direito ao cancelamento da inscrição indevida. É o que consta na Súmula nº. 385: “Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

• STJ - prazo máximo que o nome do consumidor poderá permanecer nos arquivos - 5 anos (se ocorrer a prescrição antes, deve ser retirado). O STJ deu nova redação à Súmula nº. 323.

• O texto antigo era o seguinte: “A inscrição de inadimplente pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo, cinco anos.” Agora, a súmula passa a vigorar com o seguinte texto: “A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução.”

Tenta-se com este emaranhado jurisprudencial e legal a proteção a dignidade da pessoa humana em especial nas relações consumistas, ou seja, tenta-se trazer a esta relação puramente capitalista um toque de humanidade!

Autor: Rodrigo Palomares Maiolino de Mendonça - Pós Graduado em Direito do Consumidor com Ênfase no Magistério, Professor Universitário, Advogado, Conselheiro Adjunto da Escola Superior da Advocacia e Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/MT.



Diretoria da OABMT empossa diretorias de cinco Subseções

A diretoria da OABMT empossou em uma semana as diretorias das Subseções de Água Boa, Barra do Garças, Canarana, Nova Xavantina e Vila Rica para a gestão 2016-2018. O presidente da Seccional, Leonardo Pio da Silva Campos, juntamente com sua comitiva de conselheiros, membros de comissões temáticas, participou das solenidades e ratificou seu compromisso em defender a advocacia e a sociedade.

Também participaram das posses o tesoureiro da OABMT, Helmut Flávio Preza Daltro; a conselheira estadual Tatiane Magalhães; e o presidente da CAAMT, Ítalo Leite, além de advogados da região.

Integram a nova diretoria da OAB de Água Boa, o presidente Paulo Sérgio Diniz; vice-presidente Ricardo Zancanaro; secretária-geral Luciana Almeida Ribeiro; secretário adjunto Vanderlei Martins de Oliveira Júnior; tesoureira Thanya Alves Martins; e delegado do CAAMT, Tiago Thoma Martins de Paula.

Já na OAB de Canarana, assumiu a presidência, Lúcia Helena Rodrigues da Silva Bensi; a vice-presidência, Arnaldo Thadeu Segura Pereira; a secretária-geral, Nayara Andrea Peu da Silva; a secretária adjunta, Fabiola Collachiti Moreto; tesoureira, Gleise Fulber Caumo Ignario; e Antônio de Moraes Pinto Junior.

A diretoria da OAB de Barra do Garças ficou composta da seguinte forma: Leonardo Andre da Mata como presidente; Antônio Alves de Souza Filho como vice-presidente; Anderson Adiel Postal, secretário-geral; Karla Adriana Schaeffer da Silva, secretária adjunta; Cintia dos Arbues Nery da Silva, tesoureira; e André Luiz Soares Bernardes, delegado da CAAMT.

Em Nova Xavantina, tomaram posse o presidente da Subseção Jessé Candini; a vice-presidente Kezia Alves de Paula; o secretário-geral Adriano Vilela Giometti; o secretário adjunto Tarcísio Valeriano dos Passos; o tesoureiro Celson Jesus Faleiro; e a delegada da CAAMT



Katrice Pereira da Silva. (Com fotos do site www.interessantenews.com.br)

Na Subseção de Vila Rica assumiram o presidente Rhandell Bedin Louzada; o vice-presidente Sérgio Roberto Junqueira Zoccoli Filho; o secretário-geral Antônio Carlos Xavier Filho; o secretário adjunto Jader Francisco Dei Ricardi; o tesoureiro Murilo Souza Guimarães; e o delegado da CAAMT Mario Sergio dos Santos Ferreira Junior.



Novas súmulas abordam remição de pena e monitoramento

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a edição das Súmulas 562 e 567 do tribunal, que tratam de remição de pena por atividade laborativa e de furto em estabelecimento com monitoramento eletrônico, respectivamente.

No enunciado da Súmula 562, ficou definido que “é

possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa, ainda que extramuros”.

Já a Súmula 567 estabelece que “sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no

interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto”.

As súmulas são o resumo de entendimentos consolidados nos julgamentos do tribunal. Embora não tenham efeito vinculante, servem de orientação a toda a comunidade jurídica sobre a jurisprudência firmada pelo

STJ, que tem a missão constitucional de unificar a interpretação das leis federais.

Súmulas Anotadas

Na página de Súmulas Anotadas do site do STJ, é possível visualizar todos os enunciados juntamente com trechos dos julgados que lhes deram origem,

além de outros precedentes relacionados ao tema, que são disponibilizados por meio de links.

A ferramenta criada pela Secretaria de Jurisprudência facilita o trabalho das pessoas interessadas em informações necessárias para a interpretação e a aplicação das súmulas.

Para acessar a página,

basta clicar em Jurisprudência > Súmulas Anotadas, a partir do menu principal de navegação. A pesquisa pode ser feita por ramo do direito, pelo número da súmula ou pela ferramenta de busca livre. Os últimos enunciados publicados também podem ser acessados pelo link Enunciados. (Fonte: STJ)

CAA/MT define programação de eventos para o Março Sempre Mulher

Já estão definidas as ações da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) para a celebração do Dia Internacional da Mulher - comemorado em oito de março. Como em anos anteriores, as atividades alusivas à data ocorrerão durante todo o mês na Capital e interior do Estado. A programação estadual é organizada em parceria com OAB/MT, Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT e

subseções da OAB/MT.

Em Cuiabá, a programação inicia-se no dia cinco com a campanha "Advocacia unida contra o Zika: ele não tem defesa". Idealizada pelo Sistema OAB do Rio de Janeiro, a campanha mobilizará todas as Caixas de Assistência do Brasil e seccionais da Ordem. "Esta ação tem por objetivo reafirmar, junto à classe advocatícia e à sociedade, a importância de se combater a proliferação do mosquito Ae-



des aegypti. Somente unidos venceremos essa causa", explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Segundo ele, na Capital, a mobilização ocorrerá nos principais fó-

runs e parques da cidade com o apoio da Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT (CDM/OAB/MT). No interior de Mato Grosso, a condução da campanha será de responsabilidade das

subseções da OAB/MT.

No dia oito de março, a diretoria da CAA/MT realiza solenidade nos fóruns trabalhista e cível e criminal. No primeiro, a partir das 7h30, na sala da OAB; no Cível e Criminal, às 16h, também na sala da OAB.

Em parceria com a CDM/OAB/MT, a Caixa de Assistência coordena a realização da palestra "Advocacia e igualdade de gênero" no dia 11 de março, às 19h, no auditório da seccional Mato

Grosso. Já entre os dias 15, 16 e 17 de março, serviços gratuitos de saúde preventiva serão disponibilizados às profissionais da advocacia nas salas da OAB situadas nos fóruns e juizados especiais.

Uma confraternização está prevista para ocorrer no dia 18. Será no Estacionamento dos Advogados, a partir das 18h. O encerramento do projeto Março Sempre Mulher será no dia 31 de março.



NYS Cuiabá é a nova parceira da CAA/MT

A NYS Cuiabá é a nova empresa conveniada à Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). A partir de agora, profissionais da advocacia têm 15% de desconto para pagamento à vista e 10% de desconto para pagamento a prazo, parcelado em até 3x no cartão de crédito tanto nas compras de óculos de

sol quanto de armações para óculos de grau.

O termo de convênio entre as partes foi assinado na noite desta quarta-feira (24), na loja situada no shopping Goiabeiras. "Essa é mais uma grande parceria que a Caixa de Assistência celebra. Estamos muito satisfeitos por se tratar de uma empresa que comercializa produtos de qualidade e oferece um

ótimo atendimento aos clientes, além, claro, de um desconto exclusivo aos advogados e advogadas", destaca o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

A sócia-proprietária da NYS Cuiabá Priscila Borges Tiago Campos explica que a marca de óculos é originária dos Estados Unidos e, atualmente, pode ser encontrada em 40 países. No

Brasil, a franquia já está há sete meses. "Em Mato Grosso, somos pioneiros. Graças à boa aceitação, em março, inauguraremos mais uma unidade da NYS Cuiabá no Pantanal Shopping".

QUALIDADE - De acordo com Priscila Campos, as lentes da NYS Collection possuem três certificações internacionais que asseguram a qualidade e durabilidade das lentes. Outro diferencial da marca é a oferta de óculos com proteção UVA e UVB. Em se tratando de garantia, os clientes têm até seis meses para efetuar a troca do produto caso algum defeito seja identificado.

MODELOS - Na NYS Cuiabá, os profissionais da advocacia encontrarão diversos modelos de óculos de sol e de armações para óculos de grau que vão desde o clássico avia-



dor aos modernos óculos espelhados - tendência da estação. Além de variedade na linha para adultos, a loja também comercializa alguns modelos de óculos para crianças ao preço de R\$ 115.

Em caso de óculos de grau, os modelos suportam lentes de até 5 graus, multifocais e bifocais. As armações estão à venda ao valor de R\$ 299.

PROMOÇÃO - A nova empresa conveniada à CAA/MT está com uma super promoção em sua coleção. Os modelos mais básicos estão

à venda por R\$ 175; na compra de um segundo óculos da mesma linha, o valor do combo é de R\$ 285. Os óculos que seguem a tendência da estação podem ser adquiridos ao preço de R\$ 199 a unidade ou dois pares por R\$ 299. As versões com lentes polarizadas estão à venda por R\$ 249 - um óculos - ou R\$ 469 dois pares.

Serviço: NYS Cuiabá - piso térreo do shopping Goiabeiras. Telefone: (65) 3623-3023 / [instagram.com/nys-cuiaba](https://www.instagram.com/nys-cuiaba).





Casa da Criança Cuiabana e Nosso Lar recebem doações da CAA/MT

■ A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) entregou, no dia 19 de fevereiro, os produtos arrecadados na primeira matinê de Carnaval. A ação beneficiou crianças e jovens abrigados em duas instituições beneficentes de Cuiabá: Casa da Criança Cuiabana e Nosso Lar.

“Este é o resultado de um trabalho conjunto entre as diretorias da Caixa de Assistência e OAB, das comissões da Ordem e, principalmente, dos colegas advogados e advogadas que acreditaram no nosso projeto. Graças a essa união, arrecadamos cerca de meia tonelada de alimentos não perecíveis. Trabalhar em prol da sociedade também é missão da Caixa de Assistência”, declara o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Ele explica que os produtos doados às instituições resultam das trocas por ingressos para a matinê de Carnaval. O evento carnavalesco foi organizado pela entidade no dia 04 de fevereiro e atraiu mais de 300 pessoas, entre pro-



fissionais da advocacia e familiares, no Buffet Origami, na Capital.

Para o vice-presidente da OAB/MT e um dos responsáveis pela gerência das entidades beneficentes, Flávio Ferreira, a doação foi providencial, visto que o auxílio do poder público

não é suficiente para a manutenção de todas as necessidades das casas lares. “Acredito que a OAB deva, sim, participar do processo social. Afinal, o mundo hoje funciona de forma integrada. E esta gestão está muito comprometida com isso. A Caixa de Assistên-

cia está de parabéns por essa iniciativa”.

Foram entregues os seguintes itens: Serão doados os seguintes itens: açúcar, arroz, biscoito, café, farinha de trigo, feijão, fubá de milho, grão de bico, leite em pó e longa vida, macarrão, milho

para pipoca e óleo de soja.

Participaram da entrega dos alimentos a vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra, e as diretoras Ariane Fontes, Clarissa Lopes, Gisele Gaudêncio e Viviane Caldas. A sec-

cional esteve representada por seu diretor-tesoureiro, Helmut Preza Daltro, pelos conselheiros estaduais Alinor Sena e Fernando Figueiredo e pela presidente da Comissão de Direito da Mulher, Viviane Magalhães.

CAA/MT realiza mobilização estadual contra o Zika vírus

■ A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realiza, durante todo o mês de março, uma mobilização estadual contra o Zika vírus. As ações ocorrerão tanto na Capital quanto no interior do Estado. Com o slogan “Advocacia unida contra o Zika: ele não tem defesa”, a campanha tem por objetivo alertar a sociedade sobre os riscos da doença e a importância do combate ao mosquito *Aedes aegypti* – também transmissor da Dengue e da febre Chikungunya.

O presidente da CAA/

MT, Itallo Leite, explica que a ação foi idealizada pela Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro (CAARJ) e, em decorrência do surto da doença, foi incluída no calendário nacional de eventos da Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad).

“Acreditamos ser, também, o trabalho da Caixa de Assistência dos Advogados desenvolver atividades que visem à saúde e ao bem-estar da comunidade. Diante da gravidade da situação, conclamamos todos, advocacia e sociedade civil, a unirem forças em prol

da vida”, frisa Itallo Leite.

Ele conta que em Cuiabá, a mobilização ocorrerá em locais de grande circulação como os fóruns e principais parques da cidade e contará com a parceria do Hospital Santa Rosa e da Criativa Farmácia de Manipulação. “No interior, as atividades serão coordenadas por nossos delegados e demais diretores das respectivas subseções da OAB”, informa o presidente da CAA/MT.

Nas ações, serão distribuídos panfletos explicativos sobre os sintomas da doença e formas de prevenção à proliferação do *Aedes aegypti*.



Criada nova Comissão de Direito Sindical

O presidente da OABMT, Leonardo Pio da Silva Campos, recebeu a visita de um grupo de advogados que representam diversos sindicatos e, na oportunidade, o pedido para que a Ordem crie a Comissão de Direito Sindical. Na sessão do Conselho Seccional foi aprovada a criação da nova comissão temática.

Compareceram ao encontro a vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Luciana Póvoas; a vice-presidente nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros, Diany Dias; o coordenador-geral da central, Antonio Wagner Oliveira; os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, Luciênio Benedito dos Reis; do Sindicato dos Profissionais da Contabilidade, Deosdete Gonçalves da Silva; do Sindicato

dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias, Edilson Cardosos Sales; o diretor do Sindicato dos Oficiais de Justiça, Jaime Rodrigues; além da advogada do Sindicato dos Profissionais da Área Instrumental do Governo e da Federação dos Sindicatos de Servidores e Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais do Estado de Mato Grosso Camila Ramos Coelho.

“A criação da Comissão de Direito Sindical é de suma importância para os sindicatos para o desenvolvimento de demandas nesse segmento, pois precisamos ter uma visão voltada à sustentabilidade dos trabalhadores”, resumiu a vice-presidente nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros, Diany Dias. O coordenador-geral da central, Antonio Oliveira, registrou que “o



presidente da OABMT está cumprindo um dos compromissos de campanha que é aproximar a instituição da sociedade. Precisamos discutir pautas dos trabalhado-

res junto aos governos e patrões”, abreviou.

Por sua vez, o presidente da Seccional, Leonardo Campos, agradeceu a visita e levou a proposta que foi ana-

lisada e aprovada pelo Conselho Seccional. “Acredito ser de suma importância termos uma comissão voltada ao bem estar dos trabalhadores. Penso que,

em conjunto com a Comissão de Direito do Trabalho, muitas ações podem ser desenvolvidas visando a garantia dos direitos de todos os obreiros”.

Nome do advogado que utiliza certificado digital deve constar na procuração

O STJ tem entendimento firmado de que, nas ações peticionadas eletronicamente, o nome do advogado titular do certificado digital deve também constar na procuração para que a ação recursal tenha seus efeitos válidos. Esse entendimento foi endossado pela 2ª turma do STJ ao julgar recur-

so em medida cautelar (AgRg na MC 24.662) cujo acórdão declara que “a jurisprudência do STJ é clara ao afirmar que a opção pela utilização do meio eletrônico de petição implica na vinculação do advogado titular do certificado digital ao documento chancelado, considerando-se -o, para todos os efeitos, o

subscritor da peça”.

O tema foi reunido pela Pesquisa Pronta, ferramenta disponibilizada no site do STJ para facilitar o trabalho de quem deseja conhecer o entendimento da corte sobre casos semelhantes. Por meio da consulta ao tema Da vinculação do titular do certificado digital com a subscrição da peça pro-

colada eletronicamente, é possível ter acesso a 95 decisões tomadas por um colegiado de ministros do tribunal, chamadas acórdãos.

Com base nesse entendimento, não se pode confundir a assinatura digitalizada ou escaneada nos autos com a assinatura realizada por meio de certificação digital. A 2ª

turma reiterou esse posicionamento ao julgar agravo (AgRg no AREsp 724.319): “A prática eletrônica de ato judicial, na forma da lei 11.419/06, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome.”

O atendimento às regras de peticionamento eletrônico evita que recursos sejam considerados “inexistentes”, conforme o texto estabelecido na súmula 115 do STJ, a qual determina que “na instância especial é inexistente recurso interposto por advogados sem procuração nos autos”. (Fonte: Migalhas)

TJMT prorroga prazo para uso obrigatório do PJe

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Paulo da Cunha, determinou a prorrogação da data inicial do uso obrigatório do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Segundo Grau de Jurisdição. O PJe na Segunda Instância foi instalado em 18 de janeiro deste ano, com uso obrigatório partir de 22 de fevereiro. Agora, o uso do sistema será obrigatório para todas as classes processuais a partir das 12 ho-

ras do dia 21 de março do corrente ano. A plataforma eletrônica está instalada na Terceira e Quarta Câmaras Cíveis de Direito Público, bem como na Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo.

O desembargador Paulo da Cunha justificou a prorrogação alegando que não é “intenção do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso que o sistema PJe seja um embaraço de acesso à Justiça. A utilização da nova plataforma é

um importante marco na evolução do sistema judiciário brasileiro, sendo compreensível que os usuários do serviço judiciário apresentem dúvidas quanto à obrigatoriedade de utilização da plataforma”.

Conforme o presidente, a partir do dia 21 de março todos os processos de competência das Câmaras onde o PJe foi instalado deverão, obrigatoriamente, ser protocolados e distribuídos por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), sejam

recursos (a exemplo do Agravo de Instrumento) ou ações originárias (Mandado de Segurança e Ação Rescisória, por exemplo).

“Os processos que forem protocolados de forma física a partir das 12 horas do dia 21 de março não serão distribuídos, devendo ser restituídos à parte autora pela Secretaria Auxiliar da Presidência. A parte autora disporá do prazo de 45 dias para retirada dos documentos, por analogia ao regramento esculpido no artigo 15

da Resolução n. 185/2013-CNJ. Transcorrido o aludido prazo os documentos serão descartados”.

O presidente determinou que nova portaria seja publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), bem como revogou a Portaria n.21/2016/PRES, que estabelecia o prazo anterior. O desembargador ordenou ainda que os juizes divulguem a nova portaria em suas comarcas, que a Ordem dos Advogados do Brasil, bem como suas subseções, sejam oficiadas

da mudança, além do Ministério Público do Estado, Defensoria Pública, Procuradoria-Geral do Estado e Procuradorias Municipais.

O Tribunal de Justiça do Estado, juntamente com o Tribunal de Justiça do Paraná, é pioneiro no país na instalação do PJe no Segundo Grau de Jurisdição. A meta para 2016, segundo a Coordenadoria de Tecnologia da Informação do TJMT, é implantar o PJe em toda a Segunda Instância. (Fonte: TJMT)

Profª. Grazielle Cabral Lima

Juiza do Trabalho Substituta - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO. Advogou na área trabalhista de 1999 a 2004. Exerceu o cargo de professora substituta no curso de Direito da UFMS (1999) e professora do curso de Direito da Universidade de Cuiabá e Unirondônia. Ingressou na Justiça do Trabalho em 2006, como Técnica Judiciária, sendo no mesmo ano aprovada em 1º lugar no XI Concurso Público para Provimento do Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 23ª Região. É especialista em Direito Processual Civil e Direito Civil pela UNESA e especialista em Direito Processual do Trabalho e Direito do Trabalho pelo CEJUR - UFMS.

CURSO DE PRÁTICA TRABALHISTA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO E OS REFLEXOS DO NOVO CPC

vagas limitadas!

Dias 18 e 19 de março de 2016

Local: Sala da ESA OAB/MT

Inscrições Abertas www.oabmt.org.br

Maiores Informações: (65) 3613-0956 (65) 3613-0957 (65) 3613-0930



Profª. Grazielle Cabral Lima

Programação:

- O ADVOGADO TRABALHISTA E O NOVO CPC.
- APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA DO NOVO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO.
- ATOS PROCESSUAIS DAS PARTES E DO JUIZ.
- APETIÇÃO INICIAL E RESPOSTAS DO RÉU.
- PRAZOS PROCESSUAIS.
- AUDIÊNCIA TRABALHISTA:
 - O QUE MUDA, NA PRÁTICA?
 - POSTURA DAS PARTES, ADVOGADOS E MAGISTRADOS.
- PROVAS: ALTERAÇÕES NA FORMA DE PRODUÇÃO; ÔNUS DA PROVA, FINALIDADE E DESTINATÁRIOS DA PROVA; LIMITAÇÕES PROBATORIAS; TIPOS DE PROVAS.
- DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS, COISA JULGADA E SENTENÇAS.
- TUTELAS PROVISÓRIAS.

Horários do Curso



Certificação pela ESA/MT
Carga horária: 12 horas aula

Maiores Informações:

(65) 3613-0956 / 0957 / 0930
escolasuperiordadvocacia@oabmt.org.br

Inscrições Abertas
No site www.oabmt.org.br,
acesse o menu ESA/MT e clique na Área do Aluno.

Público Alvo:

ADVOGADOS,
SERVIDORES PÚBLICOS E
ACADÊMICOS DE DIREITO.

Investimento do Curso:

ATÉ O DIA 04/03/2016

ADVOGADOS R\$ 330,00 (à vista)
JOVEM ADVOGADO R\$ 300,00 (à vista)
(Até 65 anos inscrito na OAB)
ACADÊMICOS DE DIREITO R\$ 280,00 (à vista)

PARCELAMENTO SÓ ATÉ 04/03/2016
R\$350,00 (parcelado em 2x R\$ 175,00)
(Cartão de Crédito)

A PARTIR DO DIA 05/03/2016

ADVOGADOS R\$ 350,00 (à vista)
JOVEM ADVOGADO R\$ 330,00 (à vista)
(Até 65 anos inscrito na OAB)
ACADÊMICOS DE DIREITO R\$ 300,00 (à vista)

PARCELAMENTO A PARTIR DO DIA 05/03/2016
R\$ 350,00 (em 1x no Cartão de Crédito)



Realização:

ESMA

Parceiros:





Tribunal de Ética e Disciplina realiza posse de novos membros

O secretário-geral da OABMT, Ulisses Rabaneda dos Santos, e o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, João Batista Beneti, deram posse aos novos membros do TED no Plenário Mário Cardi, em Cuiabá. Depois de lido o termo de posse, foram definidas as turmas e seus respectivos presidentes.

João Batista Beneti falou da tramitação dos procedimentos junto ao TED, do compromisso em comparecer às sessões

e da responsabilidade de cada relator na tarefa de julgar processos disciplinares. “É um trabalho gratuito, espontâneo e muito importante para a classe. O TED de Mato Grosso já superou as metas estabelecidas pelo Conselho Federal, sendo um dos mais céleres do país. Entre junho e julho, a OAB nacional estabelecerá novas metas. Enquanto isso, temos muito trabalho pela frente”, pontuou João Batista Beneti.

Ulisses Rabaneda destacou

que “a advocacia passa por um novo momento, por um novo tempo, onde a ética e a disciplina deixarão de ser apenas um dos requisitos para o exercício da advocacia, para ser o pilar principal de sustentação da classe. Por isso, um Tribunal de Ética forte e atuante engrandece, dignifica a profissão, separando bons e maus profissionais, orientando os jovens e experientes advogados, enfim, atuando de modo a manter a advocacia em seu

lugar de respeito”.

Durante a solenidade os membros que se mantiveram no Tribunal desde os anos anteriores receberam uma homenagem pela dedicação. Conforme o presidente do Tribunal, João Batista Beneti, houve 47% de renovação. A diretoria do TED é composta também pelos advogados Adriano Carrelo Silva, como vice-presidente; e Silvano Macedo Galvão, como secretário-geral.

Confira abaixo como ficou a composição das 11 turmas do Tribunal de Ética e Disciplina de Mato Grosso:

PRIMEIRA TURMA	
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	Relator
EDUARDO FARIA	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	Relatora

SEGUNDA TURMA	
ROBERTO ANTUNES BARROS	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	Relatora
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	Relator

TERCEIRA TURMA	
PEDRO MARCELO DE SIMONE	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	Relatora
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	Relator

QUARTA TURMA	
JOÃO MANOEL JÚNIOR	Presidente
JOSÉ RAVANELLO	Relator
HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	Relator
MAUREN LAZZARETTI	Relator
ILDO DE ASSIS MACEDO	Relator

QUINTA TURMA	
ARNALDO RAUEN DELPIZZO	Presidente
ROSELY AMARAL DE SOUZA	Relatora
JULIERME ROMERO	Relator
ROBERTO CARLONI DE ASSIS	Relator
MAURO DA SILVA ANDRIESKI	Relator

SEXTA TURMA	
JACKSON MÁRIO DE SOUZA	Presidente
MAURO ANTONIO STUANI	Relator
GELISON NUNES DE SOUZA	Relator
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JÚNIOR	Relator
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	Relatora

SÉTIMA TURMA	
LUIZ CARLOS REZENDE	Presidente
EDUARDO CESAR DE MELLO	Relator
ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	Relatora
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	Relator
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	Relator

OITAVA TURMA	
CRISTIANO ALCIDES BASSO	Presidente
JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	Relator
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	Relator
THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	Relator
RODRIGO REIS COLOMBO	Relator

NONA TURMA	
ADALBERTO LOPES DE SOUZA	Presidente
ANDREIA ALVES	Relatora
AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	Relator
DÉCIO CRISTIANO PIATO	Relator
DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	Relator

DÉCIMA TURMA	
SONIA MARIA ALVES SANTOS	Presidente
PAULO INACIO HELENE LESSA	Relator
RAPHAEL NAVES DIAS	Relator
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	Relator
MARIO APARECIDO LETE CANGUSSU PRATES	Relator

DÉCIMA PRIMEIRA TURMA	
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	Presidente
AMARO CESAR CASTILHO	Relator
PAULO FABRINNY MEDEIROS	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	Relator
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	Relator



OABMT e ESAMT tratam de parceria com Esmatra 23 para oferecer cursos



As diretorias da OABMT e da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESAMT) se reuniram com diretores da Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra 23) e da Esmatra 23 para tratar de parcerias na realização de cursos e palestras voltados para a advocacia. O diretor tesoureiro da OABMT, Helmut Flávio Dalto Preza; e o presidente da ESAMT, Marco Antônio Lorga, expuseram os projetos para a atual gestão e falaram da palestra (dia 4 de março) e do curso (dias 18 e 19) que será ministrado pela juíza do trabalho Grazielle Lima.

Os juízes do trabalho Aguinaldo Locatelli e André Araújo Molina apresentaram, inicialmente, a proposta de realizar na ESAMT um minicurso nos dias 1º a 3 de abril (sexta a domingo), denominado "ABC do CPC instrumental – O novo CPC de 2015 em 18 horas", com o juiz do trabalho Lamartino França de Oliveira. O curso objetiva analisar sinteticamente as novidades do novo Código de Processo Civil comparando-o com o Código revogado. A proposta do magistrado é analisar mais de 40 regras/institutos que desapareceram, fazer um briefing das novidades, associar artigos a enunciados, entre outros.

Os diretores da OABMT e ESAMT analisarão a proposta e a possibilidade de firmar um termo de parceria com a Esmatra e Amatra para esta e outras oportunidades e colocaram-se à disposição para realizar cursos não apenas em Cuiabá, mas também nas 29 Subseções. "Temos antenas para cursos telepresenciais em parceria com a Aasp em todas as subseções e podemos fazer um trabalho conjunto", ressaltou Marco Lorga.

OABMT e ESAMT serão parceiras em evento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

A OABMT, por meio da Comissão de Infância e Juventude, e a Escola Superior de Advocacia (ESAMT) serão parceiras no evento "O ECA e os desafios para a sua aplicação", realizado pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano (SMASDH).

O público alvo serão os conselheiros tutelares, técnicos da referida Secretaria e conselheiros de Direitos do CMDCA para que possam executar as atribuições que lhe competem com base teórica, segurança e clareza conforme cada caso requer.

O objetivo é apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente como ramos do direito especializado, trazendo suas principais características forma de aplicação e sua abrangência. O Evento ocorrerá entre os dias 16 a 18 de março, das 18h às 21h30 no Auditório da ESAMT.



ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Confira os cursos telepresenciais do mês de março

ESAMT divulgou a relação dos cursos telepresenciais que serão transmitidos em março tanto em Cuiabá quanto nas Subseções de Água Boa, Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Canarana, Colíder, Comodoro, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Paranatinga, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Tangará da Serra e Várzea Grande. Confira:

Curso:
"O novo Código de Processo Civil"

Horário: 18h - Programa:
7/3 – segunda-feira: "Normas fundamentais no novo CPC" e "Petição inicial e respostas do réu".
8/3 – terça-feira: "Tutela antecipada, tutela cautelar e estabilização de tutela" e "Execução".
9/3 – quarta-feira: "Cumprimento de sentença" e "Saneamento e provas".
14/3 – segunda-feira: "Sentença" e "Recursos".
15/3 – terça-feira: "Meios alternativos de solução de conflitos. Conciliação e mediação no novo CPC".

Curso:
"O processo de conhecimento no novo CPC"

Horário: 9h - Programa:
7/3 – segunda-feira: "Petição inicial e defesa do réu".
8/3 – terça-feira: "Provas – teoria geral e provas em espécie".
9/3 – quarta-feira: "Audiências – inicial e instrutória".
10/3 – quinta-feira: "Sentença e coisa julgada".

Curso:
"Posse e propriedade: aspectos materiais e processuais frente ao novo CPC"

Horário: 8h - Data: 11/3 - Programa:
8h – Propriedade: aspectos materiais no Código Civil de 2002.
9h50 – Intervalo.
10h – Posse: conceito, classificação e principais efeitos materiais.
11h45 – Intervalo.
13h – Ações possessórias no novo Código de Processo Civil.
14h50 – Intervalo.
15h – Usucapião extrajudicial no novo Código de Processo Civil.

Curso:
"O desastre ambiental de Mariana: análise sob a ótica do Direito Ambiental brasileiro"

Horário: 18h - Data: 16/3 - Programa:
"Princípios do Direito relacionados: poluidor/pagador, prevenção/precaução"; "Dano, impacto e crime ambiental"; "Responsabilidade em matéria ambiental: civil, administrativa e penal" e "Impacto econômico do desastre ambiental e a lei brasileira".

Curso:
"Como os resultados da COP-21 irão impactar Estados e empresas?"

Horário: 9h - Data: 17/3 - Programa:
"Instrumentos de promoção da gestão ambiental relacionados ao clima"; "Por que o mercado é a solução?"; "O Acordo de Paris e seus possíveis desdobramentos legais"; "O papel das empresas: benefícios e responsabilidades"; "A internalização do Acordo no Direito Ambiental brasileiro".

Curso:
"Comentários ao novo CPC: panorama geral, respostas do réu, tutelas provisórias, responsabilidade patrimonial, liquidação de sentença e impugnação"

Data: 18/3 - Programa:
8h – Conferência de abertura.
Panorama geral sobre o novo CPC.
8h45 – Respostas do réu no novo CPC.
9h15 – Intervalo.
9h30 – Tutelas provisórias no novo CPC.
10h – Responsabilidade patrimonial no novo CPC.
10h30 – Conferências de encerramento:
Liquidação de sentença no novo CPC.
Impugnação ao cumprimento de sentença fundada em posterior declaração de inconstitucionalidade pelo STF.

Curso:
"Indenizações no novo CPC"

Horário: 18h - Programa:
22/3 – terça-feira: "Ajuizamento"; "Qualificação"; "Prescrição e decadência" e "Excludentes".
23/3 – quarta-feira: "Audiência de conciliação e mediação" e "Súmulas e Enunciados pertinentes à indenização"

Curso:
"Direito Ambiental do Trabalho: aspectos trabalhistas e previdenciários"

Horário: 18h - Programa:
28/3 – segunda-feira
O meio ambiente do trabalho.

– O adicional de insalubridade e periculosidade – base de cálculo, a Súmula Vinculante nº 4 do STF, tempo de exposição, direito ao adicional salarial e possibilidade de contagem de tempo

de atividade especial para aposentadoria.
- A contribuição social ambiental (SAT, RAT) e seus efeitos tributários e na concessão de benefícios previdenciários.
- O Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP). A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). O fator acidentário de prevenção – critérios de composição de frequência, gravidade e custo.

29/3 – terça-feira
A doença ocupacional e seus efeitos.

– Estudo das patologias que ensejam a caracterização da incapacidade para o trabalho e a caracterização de doença ocupacional.
- As doenças modernas – psicopatia, sociopatia, depressão, doença osteomuscular, estresse, síndrome de pânico –, na perspectiva da lei.
- O enquadramento do mal incapacitante de forma total ou parcial, permanente ou temporário e as consequências trabalhistas e previdenciárias.
- A perícia perante o INSS – procedimentos importantes, o histórico médico, critérios adotados pela perícia para a definição da incapacidade.
- O "pedido de reconsideração" e a "alta programada".

30/3 – quarta-feira
A aposentadoria especial.

A possibilidade de conversão do tempo de atividade especial de qualquer época. O custeio da aposentadoria e a obrigatoriedade de concessão do benefício. A contagem do tempo de atividade – estudo de caso concreto. O cálculo do benefício. Possibilidades de revisão de aposentadoria por existência de tempo especial. A aposentadoria especial dos dentistas e demais profissionais liberais.

31/3 – quinta-feira
O acidente do trabalho.

Estudo dos benefícios acidentários vigentes. O auxílio-doença, o auxílio-acidente e a aposentadoria por invalidez. Requisitos para obtenção. Carência. Cálculos dos benefícios. Possibilidade de revisão e conversão dos benefícios. A situação do contrato de trabalho. O acidente do trabalho – caracterização, estabilidade no emprego, reserva para portadores de necessidades especiais, a questão do empregado inapto para o trabalho e que não consegue obter o benefício previdenciário, as repercussões no contrato de trabalho. A questão da alta médica (alta programada) e a situação do trabalhador. O conflito entre o INSS que concede alta e a empresa que entende que o trabalhador está incapacitado ao retorno.

O novo CPC e seus efeitos no processo do trabalho é tema de palestra

■ No dia 4 de março, a OABMT, Escola Superior de Advocacia (ESAMT), Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT) e a Pináculo promoverão a palestra “O novo CPC e os efeitos no Processo do Trabalho”, com a juíza do trabalho Grazielle Lima, das 18h30 às 20h, no auditório da Seccional. O evento abrirá a programação do “Março sempre mulher”, mês destinado à realização de diversas ações em Cuiabá e nas subseções.

As inscrições já estão abertas e devem ser feitas no site da OABMT, no link “ESAMT – Área do aluno”, mediante investimento de R\$ 15, acrescido de 1kg de alimento não perecível ou uma lata de leite em pó. Todos os inscritos receberão certificado contendo 5h/a.

Curso - Nos dias 18 e 19 de março haverá o “Curso de prática trabalhista no processo de conhecimento e os reflexos do novo CPC”.

As vagas são limitadas e a programação abordará: “O advogado trabalhista e o novo CPC”; “A aplicação supletiva e subsidiária do novo CPC no processo do trabalho”; “Atos processuais das partes e do juiz”; “A petição inicial e as respostas do réu”; “Prazos processuais”; “Audiência trabalhista: o que muda, na prática?, postura das partes, advogados e magistrados”; “Provas: alterações na forma de produção; ônus da prova, finalidade e destinatários da prova, limitações probatórias; tipos de provas”; “Decisões interlocutórias, coisa julgada e sentenças”; “Tutelas provisórias”.

A capacitação será das 18h30 às 22h30 (sexta-feira) e das 8h às 12h e 14h às 18h (sábado).

Investimento - Até o dia 4 de março, o investimento é de R\$ 330 à vista (advogados); R\$ 300 à vista (jovem advogado até cinco anos de inscrição); R\$ 280 à vista (acadêmicos de direito). Caso alguém opte pelo parcelamento, o valor é de R\$ 350 no cartão de crédito (duas vezes de R\$ 175).

A partir do dia 5, os valores passarão a ser de R\$ 350, R\$ 330 e R\$ 300, respectivamente. Mais informações pelos telefones (65) 3613-0956/0957/0930.

APRESENTAÇÃO:

Neste minicurso serão analisadas, sinteticamente, as novidades do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015, comparando-as com o teor do Código revogado.

A abordagem instrumental do minicurso visa servir como ferramenta útil e rápida, apta a criar afinidade entre o público alvo e o novel regramento – mormente, neste lapso inicial de adaptação e conhecimento dessa extensa norma.

Tal metodologia de ensino pretende, ao final do minicurso, que o público alvo se sinta menos “perdido” neste momento de transição normativa.

Ainda, que ao concluí-lo, se possa divisar pelo menos o continente dessa novel legislação,

permitindo que cada participante continue a exercer com razoável segurança a sua ininterrupta atividade profissional e/ou acadêmica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Veremos as mais de 40 regras/institutos que desapareceram com o Novo CPC;

- Faremos um Briefing das mais de duas centenas de novidades inseridas no Novo CPC;

- Apresentaremos todos os 1.072 artigos de forma coligida, resumidos por seus conteúdos jurídicos;

- Associaremos a cada artigo correspondente do Novo CPC os mais de 570 enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC);

- Elencaremos os possíveis institutos civilistas que poderão ser aplicados supletiva e subsidiariamente no processo do trabalho.

- Será disponibilizado em formato word/pdf, um texto da nova lei, comparando-a, na íntegra, com o CPC de 1973, com destaques para o que foi alterado, acrescentado e extraído;

- Será entregue em formato word/pdf, a carta de Curitiba, que contém os enunciados aprovados e rejeitados pelo Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC).

DETALHAMENTO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Poderia se perguntar: Não é perda de tempo estudar o que existia no CPC de 1973 e que deixou de existir no de 2015?



PROFESSOR
LAMARTINO FRANÇA

Saiba mais...

Serão apresentados os mais de 570 enunciados sobre as novidades do CPC, elaborados pelo FPPC - Fórum Permanente de Processualistas Civis, junto com os 62 verbetes produzidos pela ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos magistrados.

INVESTIMENTO

R\$ 450,00

Advogados - 10% (desconto)
R\$ 405,00

Alunos e Ex- Alunos da AMATRA 23 - 10% (desconto)
R\$ 405,00

PARCELAMENTO

3 Vezes no Cartão de Crédito

Carga Horária:
18 horas

Data e Horários:
Dia 01/04/2016 (Sexta-Feira)
das 18:00 às 23:00

Dia 02/04/2016 (Sábado)
das 08:00 às 12:00
e das 13:30 às 18:30

Dia 03/04/2016 (Domingo)
das 08:00 às 12:00

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MINI CURSO:
(Vagas Limitadas)

ABC do CPC
2015
INSTRUMENTAL

DIAS: 01, 02 e 03 de abril de 2016
LOCAL: Sala da ESA OAB/MT

O novo CPC de 2015 em 18 horas

INFORMAÇÃO / INSCRIÇÃO

AMATRA - TRT 23ª Região
Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região

(65) 3644-6009

(65) 9900-6009 

(65) 9283-2224 

amatra23curso@gmail.com



Diretores e conselheiros da ESAMT realizam primeira reunião

A diretoria da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESAMT) e o Conselho Curador realizou a primeira reunião de trabalhos para planejar o primeiro ano da Gestão 2016-2018. O presidente da ESAMT, Marco Antonio Lorga, ressaltou que a escolha dos membros se deu diante do compromisso de cada advogado presente com o mundo acadêmico. “Queremos promover atividades de estudos perpétuos aos advogados, buscar qualificação e oferecer acessos a cursos com preços baixos. Vamos iniciar a programação do Março Sempre Mulher com uma palestra com a juíza do trabalho Grazielle Cabral Lima”,

pontuou Marco Lorga. O presidente da ESAMT também ressaltou a parceria com a Universidade Presbiteriana Mackenzie que oferecerá nova turma do curso de Direito Empresarial e Tributário. São cerca de 40% dos professores da Universidade e 60% da grade formada por profissionais mestres e doutores de Mato Gros-

so. “A interação com uma faculdade dessas é muito importante. Temos também as aulas telepresenciais, em parceria com a Aasp, transmitidas todos os meses. As universidades aceitam o certificado que emitimos como hora aula”, sublinhou. A diretoria da Escola é também formada pelos advogados Bruno Deve-

sa Cintra como diretor adjunto; Silvio Soares da Silva Junior, secretário; Marina Ignotti Faiad, secretária-geral adjunta; e Carlos Eduardo Silva e Souza, coordenador pedagógico. Confira abaixo como ficou a composição do Conselho Curador da ESAMT aprovada na sessão do Conselho Seccional Pleno:

- Adriano Da Silva Felix
- Albino Carlos Krizizanowski
- Alessandra Panizi Souza
- Diego Fernando Oliveira
- Dinara De Arruda Oliveira
- Elaine De Fátima Thomé Parizzi
- Elisangela Rodrigues Da Silva
- Emanuel Gomes De Souza
- Enéas Corrêa De Figueiredo Júnior
- Heleno Bosco Santiago De Barros
- Helio Udson Oliveira Ramos
- Ingrid De Souza Eickhoff
- João Paulo Rocha De Miranda
- José Renato De Oliveira Silva
- Luiz José Ferreira
- Marcos Martinho Avallone Pires
- Raphael Fernandes Fabrini
- Ricardo Moraes De Oliveira
- Rodrigo Palomares Maiolino De Mendonça
- Ronny César Camilo Mota
- Sheyla Mara Correa De Almeida
- Sildemar Antonio Alves
- Weliton José Da Silva Baldoíno



ESAMT promoverá cursopresencial sobre o novo CPC

A partir do dia 8 de março, a Escola Superior de Advocacia (ESAMT), com o apoio da Seccional e da Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT), realizará curso presencial sobre o novo Código de Processo Civil, cujos encontros serão sempre às terças e quintas-feiras na sede da escola.

As inscrições já podem ser feitas no site da OABMT, link “ESAMT – Área do aluno”. Até o dia 3, os valores são de R\$ 500 (advogados); R\$ 450 (jovem advogado – até cinco anos de inscrição); e R\$ 420 (estagiário).

A partir do dia 4, o investimento passará a ser de R\$ 550; R\$ 500; e R\$ 450, respectivamente. O pagamento pode ser feito à vista (com 10% de desconto) ou em até três vezes no cartão de crédito. O coordenador do curso é o advogado Welder Queiroz dos Santos, que também faz parte do corpo docente, juntamente com os advogados Joaquim Felipe Spadoni e Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha, além da assessora jurídica no TJMT Luciana Monduzzi de Figueiredo.

CORPO DOCENTE

Joaquim Felipe Spadoni - Doutorando e Mestre em Direito Processual Civil pelo PUC-SP. Mestre (LDM) em Direito pela Universidade Católica. Exerce o cargo de Coordenador Internacional e Arbitragem Institucional pelo Centro Arbitral de São Paulo. Coordenador Federal do OAB. Advogado. Autor do livro “Atos Processuais (PT)”, coautor do livro “Direito Processual do Novo CPC (PT)”, artigos publicados no novo CPC (PT) e Assessoria de novo CPC - “Atualizar” Exercicio (Atualização).

Luciana Monduzzi de Figueiredo - Graduada em Direito Processual Civil pelo PUC-SP. Mestre em Direito Processual pelo UFMG. Assessoria jurídica no TJMT. Coordenadora do Curso Representativa do novo CPC - Assessoria Exercicio (Atualização).

Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha - Especialista em Direito Processual Civil pela Fundação Escola de Direito da PUC-SP. Pós-graduação em Direito da UFG. Coordenador Técnico para Legal Practice Consultancy Advogado.

Welder Queiroz dos Santos - Doutorando e Mestre em Direito Processual Civil pelo PUC-SP. Professor de Faculdade de Direito da UFMT. Advogado. Coordenador e assessor de novo CPC. Representativa do novo CPC - Assessoria Exercicio (Atualização). Coordenador do Curso Representativa do novo CPC (Atualização). Coordenador de novo CPC. Especialista em novo CPC. Especialista em estudos de direito administrativo e econômico. Exercicio (Atualização). Inspectora de regularização e infraestrutura. Coordenadora Inspectora do CPC na advocacia. Exercicio (Atualização).

LOCAL

Escola Superior de Advocacia - ESAMT

DURAÇÃO

40 horas/aula em 10 encontros. Cadastro até 15/02/16

PERÍODO

Terças-Feiras e Quintas-Feiras: Início 08 de março de 2016. Aulas: 08, 10, 15, 17, 22, 25 e 31 de março de 2016, 5 e 14 de abril de 2016.

INVESTIMENTO

Até 03 de março: Advogado: R\$ 500,00 em 3x no cartão de crédito. Jovem advogado: R\$ 450,00 em 3x no cartão de crédito. Estagiário: R\$ 420,00 em 3x no cartão de crédito. Ou 10% de desconto à vista.

A partir de 04 de março: Advogado: R\$ 550,00 em 3x no cartão de crédito. Jovem advogado: R\$ 500,00 em 3x no cartão de crédito. Estagiário: R\$ 450,00 em 3x no cartão de crédito. Ou 10% de desconto à vista.

TEMAS

1. Normas fundamentais do processo civil e aplicação das normas processuais.
2. Despesas processuais, honorários e gratuidade da justiça. Atos processuais e negócios processuais.
3. Tutela provisória e intervenção de terceiros.
4. Petição inicial, audiência, respostas do réu e saneamento do processo.
5. Provas, sentença e coisa julgada.
6. Procedimentos Especiais e Cumprimento de sentença.
7. Execução dos títulos extrajudiciais.
8. Teoria geral dos recursos e recursos ordinários.
9. Recurso especial, recurso extraordinário, técnica de julgamentos dos recursos especiais repetitivos e embargos de divergência.
10. Precedentes judiciais, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Assunção de competência e Reclamação.

COORDENAÇÃO

Welder Queiroz dos Santos

INSCRIÇÕES

Pelo site: www.oabmt.org.br
-> ESAMT -> Área do Aluno

REALIZAÇÃO

ESAMT
Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso

OPRO:

OAB MATO GROSSO **CAAMT** Caixa de Assistência dos Advogados

www.oabmt.org.br | 65 3613-0956/0957/0930

CURSO
O NOVO CPC

Confira abaixo os temas que serão discutidos:

1. Normas fundamentais do processo civil e aplicação das normas processuais.
2. Despesas processuais, honorários e gratuidade da justiça. Atos processuais e negócios processuais.
3. Tutela provisória e intervenção de terceiros.
4. Petição inicial, audiência, respostas do réu e saneamento do processo.
5. Provas, sentença e coisa julgada.
6. Procedimentos Especiais e Cumprimento de sentença.
7. Execução dos títulos extrajudiciais.
8. Teoria geral dos recursos e recursos ordinários.
9. Recurso especial, recurso extraordinário, técnica de julgamentos dos recursos especiais repetitivos e embargos de divergência.
10. Precedentes judiciais, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Assunção de competência e Reclamação.

Novo corregedor-geral da OABMT planeja ações para a gestão

O novo corregedor-geral da OABMT, Flaviano Kleber Taques Figueiredo, foi eleito por unanimidade na última sessão do Conselho Pleno e planeja as ações a serem desenvolvidas na atual gestão, em especial, para auxiliar o Tribunal de Ética e Disciplina. “A Corregedoria da Seccional vai ser implantada de fato. Muitos estados não possuem um órgão como esse e será uma inovação de Mato Grosso. Vamos formar nossa equipe e trabalhar pela gestão”, pontuou.

Flaviano Taques explica que a sua atribuição, de acordo com Regimento Interno da Corregedoria (art. 77), é desenvolver atividades voltadas ao aprimoramento dos serviços

prestados pela Ordem, a dar celeridade aos processos ético-disciplinares no âmbito do TED, a fiscalizar o andamento dos feitos administrativos da Seccional e nas Subseções, entre outros.

“Portanto, o desafio será fazer cumprir esse dispositivo do RGI com a implantação de fato deste órgão da nossa Seccional, visto que após a criação do Cargo não foi possível implementar todas as medidas necessárias para funcionamento da Corregedoria”, observou. Foi realizada uma reunião com o presidente da OABMT, Leonardo Pio da Silva Campos, e do TED, João Batista Beneti, para início do plano de implantação da Corregedoria.



Novas súmulas abordam remição de pena e monitoramento

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a edição das Súmulas 562 e 567 do tribunal, que tratam de remição de pena por atividade laborativa e de furto em estabelecimento com monitoramento eletrônico, respectivamente. No enunciado da Súmula 562, ficou definido que “é

possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa, ainda que extramuros”.

Já a Súmula 567 estabelece que “sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no

interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto”. As súmulas são o resumo de entendimentos consolidados nos julgamentos do tribunal. Embora não tenham efeito vinculante, servem de orientação a toda a comunidade jurídica sobre a jurisprudência firmada pelo

STJ, que tem a missão constitucional de unificar a interpretação das leis federais.

Súmulas Anotadas

Na página de Súmulas Anotadas do site do STJ, é possível visualizar todos os enunciados juntamente com trechos dos julgados que lhes deram origem,

além de outros precedentes relacionados ao tema, que são disponibilizados por meio de links. A ferramenta criada pela Secretaria de Jurisprudência facilita o trabalho das pessoas interessadas em informações necessárias para a interpretação e a aplicação das súmulas.

Para acessar a página,

basta clicar em Jurisprudência > Súmulas Anotadas, a partir do menu principal de navegação. A pesquisa pode ser feita por ramo do direito, pelo número da súmula ou pela ferramenta de busca livre. Os últimos enunciados publicados também podem ser acessados pelo link Enunciados. (Fonte: STJ)



Diretoria visita prefeito de Cuiabá

Os dirigentes da OABMT visitaram o prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes, e apresentaram alguns pleitos referentes à advocacia. Estiveram presentes o presidente da Seccional, Leonardo Pio da Silva Campos; o secretário-geral adjunto, Ulisses Rabaneda dos Santos; a secretária-adjunta, Gisela Cardoso; o diretor-tesoureiro, Helmut Flávio Preza Daltro; os conselheiros federal e estadual pela instituição Oswaldo Pereira Cardoso Filho, Samir Hamoud e Breno Augusto Pinto de Miranda; os presidentes da Comissão do Jovem Advogado, Mario Medeiros Neto, e

da Caixa de Assistência dos Advogados, Ítallo Leite; o procurador-geral do município, Rogério Gallo; os secretários de Assistência Social, José Rodrigues Júnior; de Habitação e Regularização Fundiária, Paulo Borges Junior; de Fazenda, Pascoal Santullo Neto; e o conselheiro estadual Luiz da Penha Correa.

Na ocasião, Leonardo Campos registrou ser de fundamental importância a OABMT atuar em parceria com a prefeitura na discussão de todo e qualquer tema de interesse da sociedade. “Temos 52 comissões temáticas nos mais diversos ramos do direito

que podem trabalhar em sintonia com a prefeitura e suas secretarias, resumiu”.

As demandas apresentadas ao prefeito foram três: a criação de assentos em todos os conselhos municipais; a discussão quanto à cobrança de ISSQN de advogados; e dificuldade que os profissionais do direito encontram em ter vista de processos nas secretarias. Quanto ao primeiro tema, o prefeito da capital, Mauro Mendes, sinalizou de forma positiva e disse ser “importante a presença da Ordem em todos os conselhos para que possa participar da gestão pública. Cada

vez mais o cidadão tem que se inteirar da coisa pública e a OABMT é a entidade que pode representar cada um, bem como levar as respostas a todos”. No tocante à cobrança de ISSQN de advogados, disse que estudará o pleito e, em relação ao acesso aos autos nas secretarias, registrou que notificará cada uma no sentido de franquear o acesso aos autos.

Durante a reunião, Rogério Gallo salientou que a “OABMT representa bem a sociedade e tem plenas condições de desenvolver políticas públicas voltadas ao bem estar de cada cidadão. Entendo que as

reivindicações são justas e procuraremos acolhê-las, até mesmo para que consigamos resolver diversos tipos de problemas que surgem na administração, bem como tenho certeza que evitaremos a judicialização de demandas”.

O secretário-geral da Ordem, Ulisses Rabaneda, informou que a parceria entre OABMT e Prefeitura de Cuiabá “será fundamental para transmitir à sociedade mais segurança quando das grandes discussões que envolvem, por exemplo, aumento nas tarifas de água e ônibus. Onde a OABMT está, há isenção. Às vezes, quando criticamos de-

terminadas ações, tudo é feito com base em estudos com olhos ao benefício social. A Ordem em uma respeitabilidade muito grande junto à sociedade e queremos expandir isso. A prefeitura conta com renomados advogados em seus quadros e temos certeza que faremos um belo trabalho juntos”.

O presidente da CAA/MT, Ítallo Leite, aproveitou a oportunidade e convidou o prefeito para ser parceiro da Caixa. “As Caixas de Assistências de todo o país lançarão no dia 5 de março campanha nacional contra o Zika Vírus e queremos contar com o apoio da prefeitura”.



OAB/Tangará da Serra realiza reunião com advogados

A diretoria da OAB de Tangará da Serra realizou a primeira Reunião Ordinária Geral no auditório da Subseção com advogados e advogadas da região para ouvir sugestões e demandas. Conforme o presidente da 10ª Subseção, Kleiton Araújo de Carvalho, os profissionais puderam expor suas opiniões,

promoveram reivindicações e deram início a debates sobre temas de interesse da classe de toda natureza, entre eles, morosidade processual, cobrança de consultas e a valorização da advocacia”.

Kleiton de Carvalho prestou contas das atividades exercidas desde a posse com enfoque na fiscalização de captação ilegal de

cliente, exercício ilegal da profissão e restrição no acesso a inquéritos policiais. Ressaltou a importância das comissões temáticas e que estão ocorrendo reuniões semanais para a composição das 12 comissões existentes: Comissão das Prerrogativas, Ética e Disciplina, Jovem Advocacia (Cojad), Direito da Mulher, Assuntos So-

ciais, Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Eventos, Proteção Ambiental e Animal, Advogado Público, Direito do Agronegócio e Estudos Jurídicos.

Para o presidente da OAB/Tangará a eficácia dos trabalhos de uma Subseção depende da atuação das comissões como mecanismo na defesa dos interesses

da classe e também da sociedade. “Convidamos a todos a participarem efetivamente do alicerce da Subseção que são as comissões”, sublinhou. Assim, restou deliberado que as reuniões ordinárias gerais, ocorrerão a cada três meses e que também haverá reuniões nas Comarcas de Sapezal e Barra do Bugres.

Subseção de Peixoto de Azevedo realiza primeira reunião

A diretoria da Subseção de Peixoto de Azevedo realizou a primeira reunião extraordinária da gestão 2016-2018 e discutiu assuntos importantes para a advocacia. O encontro ocorreu na sede do fórum da comarca, ocasião em que houve solenidade de entrega de carteira para um novo advogado, atuante no município de Novo Mundo (MT).

Durante a reunião foram discutidas as constituições das Comissões de Direitos da Criança, Adolescente e da Família, do Jovem Advogado, dos Direitos Humanos e Cidadania, de Defesa de Honorários Advocatícios, e as estra-

tégias e metas a serem alcançadas pelas comissões já existentes, como é o caso dos Direitos da Mulher e de Prerrogativas.

“Uma de nossas principais metas é garantir a atuação das comissões temáticas a fim de valorizar o advogado na medida em que cada vez mais ele passa a ser reconhecido pela sociedade como profissional defensor da cidadania, do estado democrático de direito e dos direitos fundamentais sociais. Temos encontrado guarida nos colegas advogados que se mostram dispostos a desenvolver um trabalho eficiente, responsável e de qualidade na contextua-

lização de suas atribuições”, enfatizou o presidente da subseção, Marcus Augusto Macedo.

Os membros da OAB/Peixoto de Azevedo deliberaram sobre a reformulação da Comissão Pro- Construção da sede própria da entidade, que está sendo edificada ao lado do prédio do Ministério Público Estadual. Ficou definido que eventos deverão ser realizados a fim de angariar fundos para execução da primeira etapa do projeto, bem como visitas deverão ser feitas nos segmentos empresarial e comercial com objetivo de arrecadar doações.

“Essa obra representa a realização

de um grande sonho. A OAB tem sido a porta-voz da sociedade civil brasileira, pois ela assegura a prerrogativa da inviolabilidade dos advogados no exercício de suas atividades, além de desenvolver diretamente a função essencial à justiça. Esse ganho será de todos os profissionais que atuam na área de advocacia e também de toda sociedade organizada. Já entregamos o projeto arquitetônico ao presidente da Seccional, Leonardo Pio da Silva Campos, e acreditamos que haverá uma contrapartida financeira significativa para construção de nossa sede própria”, destacou Marcus Macedo. (wNotícia Vip)

OABVG participa de inauguração da 3ª Vara do Trabalho

A presidente da Subseção da OAB de Várzea Grande, Flávia Peterson Moretti, participou da solenidade de instalação da 3ª Vara do Trabalho, marcando a expansão da Justiça do Trabalho na segunda maior cidade de Mato Grosso. A advogada destacou que a unidade representa a concretização de uma luta da categoria. “Com a implantação da 3ª Vara, os municípios terão uma resposta mais rápida e célere de suas demandas, na medida em que verão o trabalho da Justiça efetivamente cumprido em um tempo hábil”, afirmou.

Também estavam presentes os conselheiros estaduais da OABMT, Hélio Machado Machado da Costa Junior e Reinaldo Ortigara, advogados, juízes do trabalho e convidados.

A presidente do Tribunal, Desembargadora Beatriz Theodoro, observou que “as varas de Várzea Grande já suplantavam as da Capital em número



A implantação da nova unidade foi possível graças à remoção da Vara de Colniza, autorizada pelo Pleno do Tribunal no ano passado, e que possuía uma tramitação média de cerca de 200 ações por ano. Conforme explicou a presidente do TRT, a 3ª Vara já nasce com uma demanda estimada de 1.200 a 1.400 processos.

Além do município onde está situada, o Fórum Trabalhista de Várzea Grande é responsável pela análise de casos oriundos de Jangada, Nossa Senhora do Livramento e Poconé, que estão sob sua jurisdição. A unidade terá à frente o juiz Aguiinaldo Locatelli, que deve ser removido nos próximos dias do município de Primavera do Leste, após processo de promoção interna. (Com informações do TRTMT)





Curso sobre novo CPC é ministrado a advogados de Alta Floresta

A 8ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil realizou uma palestra com o defensor público Paulo Roberto Marquezine da Silva, que abordou as principais alterações no novo Código de Processo Civil, que entra em vigor no dia 17 de março deste ano. O curso é direcionado aos advogados, mas a OAB aceitou também a participação de bacharéis e estudantes em fase final de formação, como forma de disponibilizar as informações para os que atuam na área de abrangência da subseção de Alta Floresta.

Para o presidente da OAB, Celso Reis de Oliveira, é “imprescindível o acompanhamento das inovações legislativas” aos profissionais do direito e a possibilidade de acompanhar um curso com as chancelas da Ordem dos Advogados do Brasil e da Escola Superior de Advocacia, precisa ser vista de maneira positiva pela classe. “É o caminho pelo qual o advogado vai andar na busca da defesa do direito de seu cliente, então é imprescindível que todos dominem bem esta técnica”, apontou.

Celso Reis fez questão de agradecer não só aos advogados que compareceram, mas principalmente ao defensor público Paulo Marquezine, que é formado em direito pela universidade de São Paulo, tendo feito mestrado pela mesma entidade; e aos membros da sua diretoria pelo empenho na realização da tarefa.

“Nós somos muito gratos pela disponibilidade do dr Paulo Marquezine e também queremos agradecer ao advogado Nilton de Souza Arantes, que é o coordenador geral deste curso; e Nilton Nunes Gabriel, coordenador pedagógico. Isso demonstra que os colegas estão unidos em busca de um mesmo ideal, que é fortalecer a nossa advocacia”, afirmou.

O advogado Nilton Junior, que participou do curso, avaliou como positivo o encontro, dada a possibilidade de discutir as alterações do novo Código. “A partir de meados de março, somos obrigados a ajuizar as ações conforme a pertinência legal das regras do Novo CPC. Qualquer descuido processual pode cercear o direito do cliente, portanto quem não estiver qualificado para atuar conforme a nova legislação certamente vai prejudicar sua clientela”, afirmou o advogado, que é da “nova safra” de profissionais de direito de Alta Floresta. (Fonte: www.diarionews.com.br)

Novas diretorias de Campo Novo, Comodoro e Pontes e Lacerda tomam posse

Comprometidos com a advocacia e a sociedade local, os novos diretores das Subseções de Campo Novo do Parecis, Comodoro e Pontes e Lacerda tomaram posse na última semana de fevereiro. Os presidentes da OABMT, Leonardo Campos, e da Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT), Ítalo Leite, estavam em todas as solenidades. Também participaram o conselheiro federal Josemar Carmerino dos Santos; os presidentes das Subseções de Tangará

da Serra e Diamantino, Cleyton de Carvalho e Pêrsio Landim, respectivamente; as conselheiras estaduais, Tathiane Magalhães e Dinara Arruda e autoridades locais.

A nova diretoria da OAB de Campo Novo do Parecis é composta pelo presidente Pedro Antônio dos Santos; a vice-presidente Daiana Tayse Tessaro Minosso; o tesoureiro Sales Demissio; o secretário-geral Opson Baioto; secretária-geral adjunta Paula Cristina Dartanham; e o delegado

da CAAMT, Gláucio Rogério Reis Capistrano.

Já em Comodoro, assumiram como presidente o advogado Ronie Jacir Thomazi; na vice-presidência, Edilamar Aparecida Rampanelli; secretária-geral, Gabriela Leite Heinsch; secretário adjunto, Ranulfo de Aquino Nunes; tesoureiro, Otto Marque de Souza; e delegado da CAAMT, Leopoldo Loadyr da Silva Junior.

Em Pontes e Lacerda, o novo presidente Ramão Wilson Junior destacou que buscará melhorias

para a sede. “Temos um espaço que não é muito grande, mas dá pra melhorar o auditório para que os eventos voltados para advocacia sejam realizados lá”, observou. Também compõem a diretoria da Subseção o vice-presidente José Roberto Gomes Albéfarro; secretário-geral Ivair Bueno Lanzarin; secretário adjunto André Luis de Almeida Avelar; tesoureira, Fabiana Barbieri Carneiro e a delegada da CAAMT, Cleide M. de Ávila Espindola.

PJe: comarcas recebem novo ciclo de treinamento

Um novo ciclo de treinamentos do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas comarcas do interior do Estado iniciou em fevereiro, tanto para público interno quanto externo. As capacitações ocorrem devido à definição do calendário de implantação da ferramenta no primeiro quadrimestre de 2016. A primeira comarca a receber o treinamento será Cáceres (1º de março), Lucas do Rio Verde (22 de março), Rondonópolis (12 de abril) e Sorriso (19 de abril). Confira os calendários:

forma presencial, nos seus respectivos municípios, oferecido por técnicos e instrutores da Coordenadoria de Tecnologia da Informação do TJMT. Já magistrados e servidores serão capacitados na Escola dos Servidores, em Cuiabá.

A implantação do PJe será realizada nas Varas Cíveis e de Fazenda Pública das comarcas de Cáceres (1º de março), Lucas do Rio Verde (22 de março), Rondonópolis (12 de abril) e Sorriso (19 de abril). Confira os calendários:

Comarca de Cáceres

PÚBLICO EXTERNO – Local: Comarca de Cáceres
26/02/2016, das 09h às 12h – Advogados (OAB)
26/02/2016, das 14h às 18h – defensores, promotores e procuradores

Comarca de Lucas do Rio Verde

PÚBLICO EXTERNO – Local: Comarca de Lucas do Rio Verde
18/03/2016, das 09h às 12h – Advogados (OAB)
18/03/2016, das 14h às 18h – defensores, promotores e procuradores

Comarca de Rondonópolis

PÚBLICO EXTERNO – Local: Comarca de Rondonópolis
06/04/2016, das 09h às 12h – Advogados (OAB)
06/04/2016, das 14h às 18h – defensores, promotores e procuradores

Comarca de Sorriso

PÚBLICO EXTERNO – Local: Comarca de Lucas do Rio Verde
15/04/2016, das 09h às 12h – Advogados (OAB)
15/04/2016, das 14h às 18h – defensores, promotores e procuradores

Fonte: TJMT



OAB/Diamantino prestigia posse do Conselho Federal

O presidente da OAB de Diamantino, Pêrsio Oliveira Landim, prestigiou a solenidade de posse da nova diretoria do Conselho Federal da OAB na terça-feira (23 de fevereiro), em Brasília. O advogado apresentou reivindicações ao novo presidente nacional, “bem como autoridades do Judiciário e autoridades públicas em busca de benefícios para a subseção de Diamantino e as cida-

des pertencentes”.

O presidente da OABMT, Leonardo Pio da Silva Campos, esteve presente à posse e participou de reunião do Colégio de Presidentes de Seccionais. Também participaram os conselheiros federais pela OABMT Josemar Carmerino dos Santos; Duílio Piato Junior; Gabriela Novis Neves Pereira Lima; Joaquim Felipe Spadoni; a presi-

dente da Comissão de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti.

A nova diretoria da OAB nacional é formada pelo presidente Cláudio Lamachia; o vice-presidente Luis Cláudio da Silva Chaves, o secretário-geral Felipe Samento Cordeiro, o secretário-geral adjunto Ibaneis Rocha Barros Junior, e o diretor tesoureiro Antonio Oneildo Ferreira.



OAB/Peixoto prepara programação especial para advogadas

■ **A**ção de Direitos da Mulher da 14ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil realizará pela primeira vez o Março Sempre Mulher, projeto este que já ocorre há alguns anos em várias outras subseções do Estado, acompanhando o projeto da Seccional. Conforme o presidente da OAB/Peixoto de Azevedo, Marcus Augusto Giraldo Macedo, “serão realizados vários eventos no mês de março, visando, dentre outros fatores, fortalecer a união das advogadas da subseção, bem como desenvolver um trabalho social, o que já é um sucesso pelo grande número de advogadas e advogados envolvidos no projeto”.

As atividades terão início no dia primeiro de



março com visita ao Centro de Recuperação Vida e Paz, onde serão atendidas mais de 10 mulheres

com tratamento de beleza, doação de kits de beleza e roupas, palestras motivacionais; finalizando

com um café da tarde. “A CDM acredita que será um evento muito gratificante, onde buscará elevar a autoestima de mulheres que, por muitas vezes, têm sua autoestima abalada por conta de vários tipos de vício”, destacou o advogado.

A CDM também realizará o primeiro Chá das Advogadas da 14ª Subseção com uma tarde de confraternização onde as advogadas dos cinco municípios abrangidos poderão se conhecer e fortalecer laços de amizade. O evento contará com desfile, dicas de beleza, e sorteio de vários brindes para as advogadas presentes. A intenção é que este evento se torne tradição na subseção. Também serão realizados em dias variados uma panfletagem que visa, além de homenagear a mulher, alertar sobre seus direitos nos municípios de Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Matupá, Guarantã do Norte e Novo Mundo.

Confira a programação do Março Sempre Mulher da 14ª Subseção da OAB:

- 01/03** – Visita a Mulheres do Centro de Recuperação Vida e Paz
13h às 15h – Tratamento de Beleza;
15h às 15h40 – Palestra Motivacional;
15h40 às 18h – Chá da Tarde com entrega de Kit de Higiene e Roupas
- 05/03** – Pit Stop – Direitos das Mulheres
Horário: 8h às 11h
Cidade: Terra Nova do Norte
- 06/03** – Pit Stop – Direitos das Mulheres
Horário: 16h às 18h
Cidade: Matupá
- 11/03** – Pit Stop – Direitos das Mulheres
Horário: 16h às 18h
Cidade: Peixoto de Azevedo
- 12/03** – Chá das Advogadas
Horário: a partir das 16h30
Local: Restaurante Portal
Cidade: Peixoto de Azevedo
- 18/03** – Pit Stop – Direitos das Mulheres
Horário: 09h às 11h
Cidade: Novo Mundo
- 18/03** – Pit Stop – Direitos das Mulheres
Horário: 16h às 18h
Cidade: Guarantã do Norte
- 30/03** – Reunião Ordinária – Homenagem às Mulheres
Horário: 18h
Local: Tribunal do Júri do Fórum
Cidade: Peixoto de Azevedo

Presidente da OABMT recebe demandas da Subseção de Diamantino



■ **O** presidente da OABMT, Leonardo Pio da Silva Campos, recebeu nesta segunda-feira (15 de fevereiro) o presidente da Subseção de Diamantino, Pêrsio Oliveira Landim, que apresentou algumas providências já adotadas na nova gestão e demandas a serem encaminhadas pela Seccional.

Pêrsio Landim ressaltou que desde sua posse tem atuado em questões pontuais cobrando do poder público providências de serviços e

estrutura para melhor atender a sociedade. Em relação à advocacia, informou que oficiou as prefeituras atendidas pela Subseção solicitando a não cobrança de Imposto Sobre Serviço dos advogados.

O presidente da OAB/Diamantino também abordou a necessidade de estruturar melhor a comarca com mais juízes e servidores e solicitou que o presidente da Seccional intervenha para buscar um encontro entre a Subseção e o Tribunal de Justiça.

Subseções pedem magistrados e melhor estrutura para comarcas

■ **O**s presidentes das Subseções de Colíder, Ricardo Zeferino Pereira; de Diamantino, Pêrsio Landim; e de Vila Rica, Rhandell Louzada, reivindicaram ao juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça mais magistrados para os referidos municípios e adjacências, bem como melhores estruturas nos fóruns. Compareceram à reunião o presidente da Ordem, Leonardo Pio da Silva Campos; os conselheiros estaduais Abel Sguarezi, Breno Augusto Miranda, Eduardo Marques Chagas, Regina Sabioni e Walmir Machiaveli; além do assessor jurídico do deputado estadual Baiano Filho, Antonio Cassiano de Souza.

As dificuldades em Colíder e região (princi-



palmente em Nova Canaã do Norte) se resumem a problemas em varas das duas comarcas. Conforme o presidente da subseção local, “Em Nova Canaã nunca houve juiz. Na Segunda Vara de Colíder, por exemplo, há pedidos de licenças-maternidade e as varas não são recompostas. Precisamos resguardá-las”, ressaltou Ricardo Zeferino.

Em Diamantino, o presidente da subseção, Pêrsio Landim, informou que “há



um juiz jurisdicionando em quatro outros municípios. Em Arenópolis não temos servidores e a sugestão para amenizar a situação é a contratação de estagiários e, ao menos, um juiz leigo. Em Nortelândia, Nobres e Rosário Oeste não há juiz. Na Comarca de Diamantino, há mais de seis anos o juiz fica quatro, três meses e já é remanejado. Além disso, precisamos urgentemente que o tribunal redistribua

as competências das três varas hoje em funcionamento”.

O pleito do presidente da Subseção de Vila Rica, Rhandell Louzada, foi para que o tribunal estructure os juizados especiais das Comarcas de Vila Rica, São Félix do Araguaia e Porto Alegre do Norte. “Acredito que a contratação de juizes leigos e designações de gestores deve resolver o problema. Além



disso, o Alto Araguaia sofre constantemente com a queda de energia. Não temos uma energia de qualidade e o sistema Apolo demora a voltar a funcionar.

Por isso, penso que o tribunal pode adquirir geradores”, resumiu.

A conselheira Regina Sabioni informou que o Fórum de Mirassol D'Oeste apresenta falha em sua estrutura física e cobrou solução. “Conseguimos instalar uma sala da OABMT dentro do fórum, mas não temos como mobiliá-la pelo fato de praticamente chover dentro da sala”.

Por sua vez, o juiz auxiliar João Thiago Guerra, informou que fará o possível para resolver as adversidades o mais breve possível.